UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Maria Paula Abreu de Rezende Lima

AS BOAS MÃES DO ZIKA VÍRUS: UM ESTUDO DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O PAPEL DA MULHER EM MEIO À EPIDEMIA

Brasília
2016

Maria Paula Abreu de Rezende Lima

AS BOAS MÃES DO ZIKA VÍRUS: UM ESTUDO DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O PAPEL DA MULHER EM MEIO À EPIDEMIA

Monografia de conclusão de graduação para obtenção de grau de bacharel no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado.

Brasília
2016

AS BOAS MÃES DO ZIKA VÍRUS: UM ESTUDO DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O PAPEL DA MULHER EM MEIO À EPIDEMIA

MARIA PAULA ABREU DE REZENDE LIMA

Monografia de conclusão de graduação para obtenção de grau de bacharel no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado
Orientadora

_____

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura
Examinadora

_____

Profa. Dra. Katia Maria Belisário
Examinadora

_____

Profa. Dra. Márcia Marques
Suplente

Brasília
2016

AGRADECIMENTOS

O agradecimento inicial à minha mãe, ao meu irmão, ao meu pai e aos meus amigos - todos que representaram em diferentes escalas o papel dito “maternal”. O agradecimento também vai para todas as mulheres que lutaram para que hoje eu possa frequentar uma Universidade e produzir um trabalho que reflita sobre os nossos corpos. Uma luta que permitiu que hoje meu trabalho seja avaliado por mulheres, professoras e doutoras. Agradeço, também, à minha orientadora que me guiou durante todo esse processo de aprendizagem e produção acadêmica. Espero contribuir para a reflexão sobre como nós somos representadas na sociedade. Nasce uma pesquisadora feminista.

RESUMO

A presente monografia busca analisar como a maternidade foi retratada durante a cobertura do Zika vírus feita pelo portal de notícias G1, em fevereiro de 2016. Foram selecionadas de maneira aleatória e analisadas 29 matérias dentre 200 publicadas nesse mesmo portal. O tema ganhou relevante atenção da imprensa no final de 2015, após a ocorrência do vírus ter sido relacionada com o aumento de casos de microcefalia - malformação craniana no recém-nascido. Observou-se que as mães tornaram-se o centro das atenções sob a justificativa de que elas eram as que poderiam impedir a proliferação da doença. Por meio do método da Análise de Conteúdo e do arcabouço teórico composto por teorias feministas e jornalísticas, concluiu-se que o portal de notícias não deu espaço para manifestação das grávidas ao optar por utilizar apenas uma vez uma gestante como fonte de informação durante todo o mês de fevereiro. As mães apareceram nas matérias em quatro diferentes situações: orientações, estatística, objeto de pesquisa e fonte de informação. Reflete-se também neste trabalho sobre como a rotina jornalística induz os profissionais da imprensa a se aterem a discursos pré-fabricados, sem maiores problematizações.

Palavras-chave: Gênero; Portal de Notícias; Maternidade; Zika

ABSTRACT

This work attempts to study the ways motherhood was characterized by the press during the cover of the epidemic Zika virus in February of 2016. This thematic gained attention at the end of 2015 after scientists announced the relation between the Zika virus and the increase of newborns with microcephaly, a condition in which the baby's head is much smaller than normal for an infant. The mothers appeared in the news as the only ones who had the job to keep the babies healthy. Applying a method called Content Analysis and using a variety of articles about feminism and journalism, this work points at the conclusion that the press didn't listen to the mothers despite it talked about them all the time. In a month covering the subject, the press used a mother as a information source only once. The mothers appeared in the news in four different situations: orientation, statistics, object of research and information source. In this work there are thoughts about how the journalism routine induces the professionals to stick to ready mades speeches without any further discussions about a theme.

Palavras-chave: Gender; News; Motherhood; Zika

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Quantidade de matérias que utilizaram as seguintes fontes no mês de Fevereiro de 2016…….54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1. JORNALISMO E SOCIEDADE 14

1.1 A notícia como construção 15

1.2 Jornalismo online e contribuições 19

1.3 Tecnologia de comunicação e cidadania 24

2. MULHERES E SOCIEDADE 28

2.1 Maternidade em perspectiva 33

2.2 Verdadeira Maternidade 37

3. MATERNIDADE E ZIKA VÍRUS NO PORTAL G1 41

3.1 Metodologia: análise de conteúdo 42

3.2 Pré-análise 44

3.3 Exploração do material 47

3.3.1 Emprego da noção de maternidade: hipótese 1 47

3.3.2 Fontes utilizadas: hipótese 2 54

3.3.3 Atualização das matérias: hipótese 3 57

CONSIDERAÇÕES FINAIS 60

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 63

APÊNDICES 67

INTRODUÇÃO

O Zika vírus ganhou notoriedade nos meios de comunicação em 2015, após ser relacionado a diversas complicações na saúde humana, dentre elas a microcefalia em recém-nascidos - “uma malformação congênita, em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016)[1]. Segundo as pesquisadoras Raquel Aguiar e Inesita Araujo (2016, p. 4), os primeiros relatos do vírus surgiram em março de 2015 na região nordeste do Brasil. Nessa época, a mídia ainda falava em “doença sem diagnóstico” (AGUIAR; ARAUJO, 2016, p. 4). Em maio, o Ministério da Saúde (MS) admitiu a circulação de um novo vírus no país, conforme afirma Aguiar e Araujo (2016, p. 4).

A microcefalia ganhou atenção da medicina em outubro de 2015, quando especialistas notaram um aumento do número de casos de microcefalia nas maternidades do nordeste; nesse momento um pesquisador sugeriu durante uma palestra “a correlação entre o aumento de casos de microcefalia e o vírus Zika” (AGUIAR; ARAUJO, 2016, p. 5). Em novembro, de acordo com as pesquisadoras Aguiar e Araujo (2016, pp. 6-7), o MS anunciou ter encontrado a presença do vírus no líquido amniótico de gestantes, cujos fetos apresentaram redução do perímetro craniano.

A partir disso, a correlação entre Zika vírus, microcefalia e gestantes passou a ser feita nos meios de comunicação. Ao analisar a cobertura da imprensa sobre o vírus nos meses de novembro e dezembro de 2015, as pesquisadoras Raquel Aguiar e Inesita Araujo (2016, p. 11) observaram que as falas das autoridades em saúde presentes nas matérias, frequentemente, responsabilizavam ou estigmatizavam as mães que tiveram filhos com microcefalia. Como resultante, Aguiar e Araujo (2016, p. 11) analisaram que, a mídia, ao destacar essas falas oficiais, endossava e amplificava essa responsabilização. As pesquisadoras exemplificaram uma consequência dessa estigmatização por meio da entrevista que uma grávida concedeu ao jornal Folha de S. Paulo: “uma gestante de Vertentes, Pernambuco, sobre a causa da microcefalia em seu bebê – ‘foi alguma coisa que eu fiz? algo que eu comi e fez mal?’” (AGUIAR; ARAUJO, 2016, p. 11).

---

[1] Disponível em: <http://combateaedes.saude.gov.br/pt/tira-duvidas>. Acessado em: 01/11/2016.

Em fevereiro de 2016, segundo o jornal O Globo (2016)[2], a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o Zika como emergência mundial, colocando o vírus no mesmo patamar da Ebola, doença que matou mais de 10 mil pessoas na África Ocidental. A declaração deu prioridade ao vírus em projetos de investigação e participação internacional no combate a doença. Em entrevista para o jornal, a ONU chegou a declarar que o Zika se espalhou de forma “explosiva” e poderia infectar até 1 milhão e meio de pessoas no Brasil.

No olho do furacão ficaram as grávidas, parte mais sensível do assunto. Segundo o MS (2016)[3], as evidências indicam que mulheres infectadas pelo vírus durante o primeiro trimestre de gestação têm grandes chances de parir uma criança com microcefalia. E não são poucas as gestantes notificadas com a doença. Segundo a pasta, em apenas dois meses (de fevereiro até abril de 2016) foram notificadas, pelo menos, 7.584 gestantes infectadas pelo Zika vírus em todo país (MS, 2016)[4]. Além disso, esse dado pode ser ainda maior visto que nem todas as gestantes têm acesso ao sistema público de saúde.

Ao noticiar a importância da doença, a imprensa como meio de comunicação de massa exerce papel fundamental na divulgação de informações e na pressão sobre o governo para medidas imediatas. Mas como as gestantes têm lidado com as notícias? Uma pesquisa realizada em julho de 2016 pelo Instituto Patrícia Galvão[5], com 3.155 gestantes das 5 regiões brasileiras, buscou compreender como as grávidas se relacionam com o tema “zika”. A pesquisa constatou que há uma busca ativa por informações sobre o tema, visto que 3 em 4 mulheres procuram se informar sobre cuidados com a doença. Mais ainda, 84% das mulheres afirmaram buscar informações na internet, em sites de notícias.

Ainda segundo a pesquisa, os principais sentimentos das grávidas ao ver uma matéria sobre microcefalia são tristeza e medo. Reações geradas,

---

[2] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/oms-declara-zika-como-emergencia-mundial-18583356>. Acessado em: 01/11/2016.

[3] Disponível em: <http://combateaedes.saude.gov.br/pt/tira-duvidas>. Acessado em: 01/11/2016.

[4] Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/23384-saude-divulga-primeiro-balanco-com-casos-de-zika-no-pais>. Acessado em: 01/11/2016.

[5] Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/direitos-sexuais-e-reprodutivos/90-das-gravidas-querem-testes-para-saber-se-tiveram-zika-e-70-demandam-maior-acesso-ultrassons/>. Acessado em: 01/09/2016.

principalmente, pelo que é desconhecido. Assim, apenas 27% das grávidas afirmaram “saber muito sobre a doença”. As mulheres demonstraram muitas dúvidas, por exemplo, sobre a causa da microcefalia. Por conta de boatos, 21% citaram vacinas como causa da doença. Dessa forma, surge a necessidade de compreender como a imprensa contribuiu para esses sentimentos negativos gerados nas mães.

Com essas informações, o **problema de pesquisa** a ser exposto neste estudo é: de que maneira o portal de notícias mais acessado retratou a maternidade ao informar sobre o Zika vírus e suas consequências? O **objetivo geral** dessa pesquisa é analisar, por meio das teorias feministas e do jornalismo, a presença das mães nas matérias sobre o Zika vírus em fevereiro de 2016, mês em que a OMS classificou a doença como emergência mundial. Os **objetivos específicos** são: classificar as notícias encontradas dentro de subtemas que, de acordo com a análise, expõem como as mães foram mencionadas nas matérias; avaliar e discutir as fontes de informação utilizadas nas matérias e identificar um mecanismo que possa ter contribuído para ruído na comunicação.

“Na comunicação, ruídos são erros na transmissão de mensagens e indesejáveis em uma comunicação, motivo pelo qual, na teoria da comunicação, não existe positividade na presença de ruídos” (LEFEVRE, A. M. C; LEFEVRE, F.; MARQUES, 2009, p. 1195). Ou seja, o ruído é tudo aquilo que atrapalha a compreensão do leitor sobre determinada mensagem ou o leva a entender uma mensagem de maneira equivocada.

A opção por analisar como as mães foram retratadas nos meios de comunicação durante a cobertura do Zika vírus se deu pois trata-se de um tema de grande relevância nacional, cujas figuras principais são as mães e seus filhos. Essa temática apareceu em capas de jornais, matérias especiais e ganhou atenção da sociedade. Além disso, a partir de estudos elaborados pelo Instituto Patrícia Galvão e pela Fiocruz, observou-se a necessidade de analisar como se deu a comunicação entre a imprensa e essas mulheres. Os estudos apontaram problemas na cobertura da mídia ao observar, por exemplo, que as mães sentem-se culpadas e amedrontadas ao lerem as notícias a respeito do vírus. Esses aspectos e a problematização do tema já apresentada compõem a **justificativa** desse trabalho.

Após essa decisão, optou-se por analisar um site de notícias online porque, como já dito, as gestantes afirmaram se informar, majoritariamente, pela internet. Apesar de não saber qual o site essas gestantes acessam, deduz-se que aquele com o maior número de acessos acolha uma parte considerável dessas leitoras e, assim, tenha influência sobre as informações que elas recebem. Segundo o serviço *Alexa Internet Inc.*[6], pertencente à *Amazon*, o sítio *globo.com* foi o mais acessado na categoria de notícias em fevereiro de 2016. Além disso, de acordo com o Grupo Globo[7], o site do G1, que está hospedado na *globo.com*, é líder na categoria de notícias com 46,8 milhões de visitantes em maio de 2016.

Antes de adentrar a análise sobre como as mães foram representadas nessa cobertura, esta monografia irá apoiar-se em textos que discutam o fazer jornalístico bem como o papel exercido pelas mulheres na sociedade. Optou-se por trabalhos que tratam da relação entre jornalismo e sociedade, que abordam como as notícias são construídas e como são altamente influenciadas pelo contexto sociocultural em que são produzidas. Além desses, serão utilizados textos que falam das especificidades do jornalismo online, que discutam suas características e como ele alterou a produção jornalística. O primeiro capítulo, portanto, está dividido em: *Jornalismo e sociedade, A notícia como construção, Jornalismo em tempos de internet* e *Tecnologia de comunicação e cidadania.*

Integram o segundo capítulo, textos de teóricas feministas que debatem como as mulheres são encaradas pela sociedade. Apresenta-se os diversos direitos adquiridos por elas durante a história devido às lutas feministas. Fala-se sobre as exclusões sociais sofridas pelas mulheres e a constante pressão para seguirem o chamado “destino biológico” da maternidade. Esse segundo capítulo busca reformular a ideia presente no senso comum de que a maternidade e o instinto materno são características inerentes às mulheres. Assim, o segundo capítulo divide-se em: *Mulheres e sociedade, Maternidade em perspectiva* e *Verdadeira maternidade.*

---

[6] Alexa Internet Inc. é um serviço oferecido pela Amazon que mede a quantidade de usuários em determinado sítio da internet. Disponível em: <www.alexa.com>. Acesso em: 01/10/2016.

[7] Disponível em: <http://anuncie.globo.com/redeglobo/sites/noticias/g1/home.html>. Acesso em: 01/11/2016.

Essa revisão teórica auxilia nos **procedimentos metodológicos** que guiam este estudo: a análise de conteúdo. O método escolhido foi apresentado pela pesquisadora Laurence Bardin em sua obra *Análise de Conteúdo* (2009). Ela propõe a investigação da comunicação por meio de técnicas objetivas. Assim, Bardin (2009) apresenta como avaliar conteúdos subjetivos por meio de ferramentas de pesquisa. Sugere-se uma visão desconfiada do objeto a ser analisado, para compreender a fundo o que uma mensagem quer dizer, se afastando de qualquer compreensão espontânea, como afirma Bardin (2009).

Pelo método de Laurence Bardin (2009), cria-se indicadores para testar hipóteses suscitadas pelo pesquisador a partir de algum conhecimento prévio que ele possui. Depois, aplica-se esses indicadores no objeto a ser estudado e, por fim, levanta-se interpretações sobre os resultados. Os indicadores servem para fazer com que a mensagem a ser analisada fale algo além do que está exposto à primeira vista. O método põe luz numa mensagem contida nas entrelinhas do texto.

Para dar início ao processo, foram selecionadas as matérias do portal de notícias G1 que abordaram o tema Zika vírus no mês de fevereiro de 2016. Para isso, por meio da palavra-chave “zika” foi feita uma pesquisa no Google das matérias hospedadas no domínio “g1.globo.com”, entre os dias 1º e 29 de fevereiro de 2016. Foram analisadas 29 matérias, uma para cada dia do mês, escolhidas de maneira aleatória - as únicas exigências para se enquadrarem na análise eram que mencionassem a palavra “zika” em alguma parte do texto e tivessem sido publicadas no mês de fevereiro. Além disso, optou-se por se analisar apenas o conteúdo textual da matéria, dispensando a análise imagética que poderia surgir por meio de fotos ou vídeos.

Tendo os documentos de pesquisa selecionados, parte-se para a criação de hipóteses a serem observadas e testadas. Com base na revisão teórica e na pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, surgiram as seguintes **hipóteses**: a mídia estabelece uma ideia de maternidade ideal por meio de um discurso patriarcal; as grávidas não tiveram espaço para se expressar e por isso ilustra-se uma maternidade irreal nas matérias; houve alguma falha na comunicação durante a cobertura do tema Zika vírus.

Para testar essas hipóteses foram criados três indicadores: um deles analisa como a palavra “mãe” e seus derivados foram empregados nas matérias, para entender o contexto em que as mães foram mencionadas; o outro analisa quais fontes de informações foram utilizadas, para observar a possível falta de espaço para expressão das grávidas; o último busca contabilizar a diferença entre “horário de publicação” e “horário de atualização” em cada matéria, a fim de entender quantas matérias foram publicadas de maneira incompleta e acabaram por gerar algum ruído na informação.

Dessa forma, busca-se compreender como as grávidas foram representadas na cobertura jornalística do G1 sobre o Zika vírus. Além disso, como as notícias podem ter contribuído para sentimentos de culpa e medo suscitados nas grávidas.

1. JORNALISMO E SOCIEDADE

O pesquisador Nelson Traquina (2005) recorre a um sentimento poético para afirmar que o jornalismo é a vida. É fato que a vida com seus componentes é a matéria prima da notícia, mas a própria notícia também fornece uma importante matéria prima à vida: a informação. Essa é produzida de acordo com o seu porta-voz e divulgada seguindo critérios de relevância determinados por uma espécie de curador, "que ajuda o leitor a se guiar num cenário de overdose de informação" (ESSENFELDER, 2012, p. 52).

Dessa maneira, é possível considerar a notícia como um produto político. Timothy E. Cook (2011, p. 204) entende política como aquilo que "estabelece o que é valioso na sociedade" (COOK, 2011, p. 204) e que, ao estabelecê-lo, distribui determinados valores. E o que é a produção da notícia senão um ato político? O simples fato de valorar o que é notícia ou deixa de ser é um ato político como também a escolha de determinadas palavras ou meios para distribuir a informação também são escolhas políticas.

Na redação, a figura do editor cumpre essa função curatorial. E esse processo político, explica Traquina (2005), é descrito pela Teoria do Gatekeeper como uma sequência de decisões que moldam a notícia, funcionando como portões, ou *gates*, em que o jornalista decide se a notícia passa adiante ou não. Entretanto, Traquina (2005) cita Schudson para afirmar que, considerar a notícia um produto político não significa considerá-la ficcional, fruto da imaginação de seus gestores, mas sim fruto de uma convenção (SCHUDSON, 1982/1993 apud TRAQUINA, 2005). Cook resume essa relação de trabalho:

> As notícias apresentam e interpretam tais ações por meio de valores de produção acordados, que contém uma política implícita. Consequentemente, a notícia é o resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores (COOK, 2011, p. 206).

O jornalismo segue uma deontologia que guia a produção da notícia. Segundo Traquina (2005), valores como a busca pela verdade, a independência, a objetividade e o serviço ao público acompanham essa produção desde o surgimento da imprensa, no século XIX. Mesmo com a intenção secular de busca pelo real, foi só a partir dos anos de 1950 que, no Brasil, a adoção de determinadas técnicas

discursivas e de apuração conferiram ao jornalista uma fala autorizada (RANGEL, 2006, p. 1). De acordo com Monique Benati Rangel (2006), nessa década surgiram importantes regras de produção que buscaram, principalmente, conferir à notícia os "ideais da objetividade, neutralidade e imparcialidade" (RANGEL, 2006, p. 1) que, "em termos práticos, significou a adoção da pirâmide invertida e do lide nos relatos jornalísticos" (RANGEL, 2006, p. 5). Entretanto, Timothy Cook (2011) lembra que mesmo com tais ideais o noticiário pode não conseguir representar de maneira completa as ocorrências:

> Os jornalistas podem responder com credibilidade – e o fazem – que chegaram com os eventos e pessoas mais importantes para incluir no noticiário. O problema, é claro, é que esse foco confere tanto status quanto o fato que teria levado a ele. Os jornalistas podem criar importância e certificar a autoridade tanto quanto refleti-la, ao decidir quem deve falar sobre o que e em que circunstâncias (COOK, 2011, p. 206).

Para Anelise Rublescki (2009, p. 4) "os leitores procuram nos jornais um sentido de ordem e de controle que se sobreponha à desordem do mundo" (RUBLESCKI, 2009, p. 4). Nelson Traquina (2005) lembra que a própria vida é dividida em seções - ou seja, colocada em ordem, pelo jornalismo ao ser categorizada em setores como economia, educação e cultura. Essas e outras formas de categorização tendem a ser repetidas pela sociedade que confia no produto jornalístico. Assim, as notícias empregam sentido e símbolos a componentes cotidianos. Só que essa ideia de o jornalismo detentor da verdade absoluta já é ultrapassada. A partir disso assume-se como melhor definição para o ofício a tentativa de transmitir o máximo da realidade, por meio do comprometimento com a ética da profissão:

> Hoje, o jornalismo fala de recortes da realidade, de versões produzidas em torno e a partir da realidade. Reconstruções que procuram transmitir o efeito de real. (…) O jornalismo, a exemplo da ciência, é um discurso que tem a pretensão da verdade. (…) Ou seja, aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado. É um discurso onde os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar, no qual os lugares de fala (quem fala e para quem fala), as circunstâncias, o contexto, e a forma já foram autorizados (RUBLESCKI, 2009, p.5).

1.1 A notícia como construção

Definido que as notícias tratam de reconstruções da realidade é importante pontuar que não é possível para o leitor comum identificar as peças do

quebra-cabeça que foram deixadas de lado em determinada matéria jornalística. O leitor só conseguiria compreender porque aquilo que lê se dispõe de tal jeito se conhecesse as ‘forças sociais’ que influenciam a produção da matéria (GIEBER, 1964 apud TRAQUINA, 2005). Afinal, é mais fácil consumir aquele produto de informação assumindo que aquela notícia esgota o assunto que se propôs a abordar. Por isso, dessa forma, muitos discursos dos jornais acabam sendo então replicados no senso comum. Mas o senso comum também não fornece suprimentos para o jornalismo? Essa pergunta é lembrada por Rublescki (2009, p. 5) da seguinte forma: “o jornalismo é como é porque os leitores assim o desejam… ou porque não têm a oportunidade de querer algo diferente?” (RUBLESCKI, 2009, p. 5).

Ao abordar a Teoria Construtivista, Nelson Traquina (2005) afirma que o recorte da realidade permeia, inclusive, a linguagem, pois a própria linguagem não tem condições de traduzir o acontecimento tal como foi. Ela pode buscar a aproximação, mas nunca traduzir por completo. Para o pesquisador, a distinção entre a realidade e os media noticiosos que devem refleti-la é inviável porque “as notícias ajudam a construir a própria realidade” (TRAQUINA, 2005, p. 168) na qual os mesmos medias noticiosos estão inseridos. O jornalista está sujeito a agentes externos que moldam a própria personalidade portanto mesmo o profissional seguindo uma deontologia própria que exige valores como a objetividade, quando for realizar o processo de selecionar fontes, enfatizar relatos e excluir determinadas informações consideradas por ele irrelevantes, estará moldando a notícia que será apresentada para o público. Dessa maneira, o profissional estará empregando valores subjetivos a uma informação aparentemente objetiva. Reafirmando que não significa que as notícias, portanto, são inverídicas; mas sim, que são diferentes relatos sobre um acontecimento, que nem mesmo sendo colocados lado a lado conseguiriam retratá-lo por completo.

“A teoria reconhece que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos”, explica Traquina (2005, p. 174). É possível inferir que dessa maneira algumas notícias da forma que são construídas teriam a capacidade de transparecer o contexto sócio-cultural do profissional que a produziu. Sendo assim, seriam passíveis de análise sobre os motivos que levaram uma matéria a ser apresentada de uma forma ou de outra.

Não é só pelo trabalho do repórter que a construção é feita. Ao escrever sobre a Teoria Organizacional, Nelson Traquina (2005) observa como o trabalho do profissional da imprensas está sujeito a influências da própria empresa em que trabalha. “Esta teoria alarga a perspectiva teórica - do âmbito individual a um nível mais vasto, a organização jornalística” (TRAQUINA, 2005, p. 152). O profissional molda seu produto jornalístico conforme recebe a correção de seus chefes, “o jornalista acaba por ser ‘socializado’ na política editorial da organização através de uma sucessão sutil de recompensa e punição” (TRAQUINA, 2005, p. 152). Dessa forma, explica Traquina (2005, p. 153), o jornalista aprende ao longo do tempo, “numa espécie de osmose”, como deve tratar as informações apuradas. Essa política editorial da empresa jornalística dá o tom do que deve ser valorado ou não como notícia. É por meio dessa política que os chefes pedem para o repórter investigar certos temas em detrimento de outros.

Essa teoria, de modo algum, deslegitima a informação jornalística. Apenas mostra que é possível que uma mesma história tenha diferentes enfoques e diferentes fontes de informação. Traquina (2005, p. 171) cita Schudson (1995) para explicar essa ideia: “As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração” (SCHUDSON,1995 apud TRAQUINA, 2005, p. 171). As notícias podem, portanto, estarem inseridas numa cultura organizacional. Isso significa que se torna notícia aquilo que é valorado pela organização/empresa jornalística.

A empresa pode valorar as informações, inclusive, levando em conta o que poderá atrair um maior número de leitores e, consequentemente, mais dinheiro. O interesse da empresa em se manter funcionando no mercado tem a potência de interferir no resultado de seus produtos. Isso acontece ao exigir, por exemplo, uma produção massiva de matérias tornando inviável uma análise mais profunda de seus assuntos apresentados. Com essa análise, Traquina (2005) acrescenta o “fator econômico” à resposta para a pergunta “por que as notícias são como são?” o qual é o intertítulo da obra *Teorias do Jornalismo* (2005) que debate as diversas nuances da profissão.

O jornalista, então, para se ater a ética exigida pela profissão precisa lidar com essas forças sociais e organizacionais - caso contrario, acabará produzindo

uma notícia enviezada. O viés é entendido aqui como aquilo que direciona o leitor a um tipo de interpretação que não auxilia na compreensão total dos fatos. Timothy Cook (2011) acredita que a rotina jornalística contribui para o viés nas notícias. A rotina leva a vícios da produção: utilização de fontes convencionais e narrativas engessadas, nada inovadoras. O autor compreende que o profissional dependente da rotina tende a repetir ações de produção.

Todos esses recortes sofridos pelo acontecimento acabam por influenciar sobre a compreensão do destinatário da notícia. Ao abordar os efeitos a longo prazo, Mauro Wolf (1999) explica que, muitas vezes, a opinião pública termina moldada por aquilo que é transmitido pelos mass media. O autor ressalta que a população tende a repetir aquilo que os mass media consideram importante ou não de ser discutido. Assim, vem à tona a clássica frase repetida por teóricos da comunicação de que a imprensa tem muito mais influência sobre os assuntos que a população irá debater do que sobre como a população deverá pensar sobre tais assuntos.

Essa influência mútua entre público e mass media é descrita pela teoria do agenda-setting. Mauro Wolf (1999) afirma que o público tende a dar atenção ou a ignorar os mesmos acontecimentos ignorados ou privilegiados pelos jornais. O público pode até rejeitar o posicionamento da imprensa mas tenderá a discutir aquilo que ela põe em pauta:

> Quando seleciona os acontecimentos que serão notícia, o jornalismo exerce um papel fundamental na sociedade, determinando o que o público ficará sabendo ou não. Essa seleção dos fatos acaba delegando ao jornalismo o poder de decidir o que será ou não noticiado, atribuindo maior ou menor importância a determinando acontecimento, colocando ou não em evidência certo evento (CARVALHO; NASCIMENTO, 2012, p. 7).

“No processo de construção social da realidade, as pessoas terão a mídia como parâmetro de orientação do cotidiano” (CARVALHO; NASCIMENTO, 2012, p. 7). Isso pode ser perigoso à medida que a imprensa tem a capacidade também de reforçar estereótipos e discursos do senso comum. Não que o leitor seja um ser ingênuo, mas, conforme Wolf (1999), a influência dos mass media a longo prazo é admitida por muitos estudiosos. A repetição e, de novo, a rotina jornalística tal como é estruturada pode atrapalhar o leitor na compreensão ampla de um dado acontecimento.

1.2 Jornalismo *online* e contribuições

As reflexões feitas anteriormente são características gerais do fazer jornalístico que permeiam todos os suportes da notícia. Os novos e tradicionais (rádio, televisão e imprensa) meios de comunicação, no entanto, possuem especificidades na forma como cada uma dessas características gerais se manifesta. A internet, particularmente, por ser objeto de estudo deste trabalho terá suas peculiaridades expostas e analisadas.

Para Manuel Castells (2005), a comunicação sofreu uma significativa transformação ao ter o potencial de integrar textos, imagens e sons numa mesma estrutura, com a possibilidade de funcionar "no tempo escolhido, em uma rede global, em condições de acesso aberto e de preço acessível" (CASTELLS, 2005, p. 414). Antes da World Wide Web, a comunicação, principalmente jornalística, possuía significativas limitações de tempo, espaço e alcance. Comparando com o impresso, um acontecimento no meio da tarde só poderia ser exposto a população na edição do dia seguinte. Assim como um acontecimento de alta importância que acontecesse fora do alcance da redação encontraria dificuldades para ser divulgado com clareza e precisão. Rádio e televisão também encontrariam dificuldades porque, por mais que conseguissem transmitir imediatamente, teriam sua produção atrasada pela quantidade de equipamentos necessários para a divulgação da notícia.

O surgimento da internet alterou, assim, a maneira como o profissional encarava o processo de fazer notícia. Mais ainda, alterou a relação do público com o produto jornalístico. A própria cultura de consumo da informação foi moldada pela nova tecnologia. Pois, "nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo da nossa cultura" (POSTMAN apud CASTELLS, 2005, p. 414).

O público teria a possibilidade de consumir áudio, texto e imagem num mesmo suporte, algo inédito. Para Bôa Ventura e Teixeira (2014), a multimidialidade própria da internet foi a principal responsável por "atrair visualmente o leitor" (BÔA VENTURA; TEIXEIRA, 2014, p. 7). Ficaria à disposição uma notícia incrementada por cores e imagens que chegariam para auxiliar ainda mais a compreensão do público sobre o acontecimento relatado.

A nova tecnologia seria bem vinda no jornalismo que, no contexto da década de 1990, acompanhava a rotina descrita pela Indústria Cultural de produção em massa (BÔA VENTURA; TEIXEIRA, 2014). O jornalismo estava voltado para a comercialização em larga escala. A produção jornalística, nesse contexto de Indústria Cultural, se torna uma mercadoria "visando satisfazer demandas, por meio da disseminação de bens padronizados" (BÔA VENTURA; TEIXEIRA, 2014, p. 3). A produção em massa de informação dificulta uma produção crítica e aprofundada das matérias jornalísticas que encontram no "tempo" uma grande limitação. Assim, naquele momento a instantaneidade do meio seria de grande ajuda para os profissionais colocarem seus produtos a disposição do público com maior agilidade. "A evolução das novas tecnologias, notadamente, da comunicação digital, foram fatores que contribuíram para acentuar o processo conceituado (…) como Indústria Cultural" (BÔA VENTURA; TEIXEIRA, 2014, p. 3).

Por meio da interatividade, a internet proporcionou uma maior participação do usuário ao conteúdo produzido. Além de ser ele mesmo que decide a quais notícias irá ter acesso, as páginas começariam a disponibilizar espaços para a comunicação do leitor com o profissional e do próprio leitor com outros leitores. O usuário poderia selecionar aquilo que gostaria de ler no momento em que quisesse por meio de links armazenados na memória da rede.

O conjunto dessas características integrou o chamado "hipertexto" na arquitetura da informação. Para Bôa Ventura e Teixeira (2014), essa seria a principal ferramenta do webjornal. Conforme explicam, o termo designa a personalização da experiência de leitura do usuário, "sem haver padrão e sequência previamente determinados, saltando entre dados" (BÔA VENTURA; TEIXEIRA, 2014, p. 6). A estrutura da informação seria então flexível, consumida de acordo com o gosto do cliente.

"Por hipertexto entende-se um texto não linear e interactivo que tem como suporte o computador" (CANAVILHAS, 2008, p. 2). Essa ferramenta influi na interação do público com o produto jornalístico e também na linguagem utilizada para dispor as informações (CANAVILHAS, 2008). O leitor passa a ter a opção de criar o próprio caminho da informação por meio de cliques em diversos links dispostos em uma matéria de um portal de notícias. E, assim, como ressalta Canavilhas, há uma grande inovação:

> A partir do momento em que o receptor desencadeia uma acção, todo o sentido muda, pois o utilizador tomou uma decisão em função de uma determinada percepção e pode ter optado por um percurso de leitura diferente do que foi escolhido por outros utilizadores. (CANAVILHAS, 2008, p. 3)

A hierarquia da informação fica também disponível ao usuário. Com a nova tecnologia, a sociedade passa a ter a possibilidade de elencar os conteúdos que a interessa, construindo um fluxo próprio de informação (FERREIRA; FILHO, 2012) e enfatizando os temas de interesse. Os editores de jornal ganham ainda mais importância nesse contexto, porque num cenário de inúmeras informações surgindo a todo momento, "torna-se ainda mais premente decidir o que fazer com esse conteúdo, como enriquecê-lo e como agregar às páginas de jornal mais massa crítica relevante" (ESSENFELDER, 2014, p. 9). O editor na atual era da informação passa a ser visto como um curador, como afirma Sérgio Dávila editor executivo da Folha de S. Paulo:

> O jornal impresso foi por muitas décadas o jornal do registro, tudo o que acontecia de relevante tinha de entrar naquele jornal. Os americanos falam the newspaper of record, que o New York Times se orgulhava por anos de ser. Tudo o que acontecia de relevante no mundo naquele período de 24 horas você encontraria no New York Times no dia seguinte. Hoje em dia eu acho que o jornal é muito mais uma curadoria dessa cacofonia que bombardeou o leitor nas últimas 24 horas. Ele é menos 'olha, leitor, isso é tudo o que aconteceu nas últimas 24 horas'. E mais 'isso é tudo o que nós, jornalistas da Folha de S.Paulo, no meu caso, achamos importante você saber que aconteceu nas últimas 24 horas'. É desta maneira que nós interpretamos o que aconteceu e que nós analisamos o que aconteceu. (apud ESSENFELDER, 2012, p. 52)

Manuel Castells (2005) por meio da avaliação de Youchi Ito sobre o uso da nova mídia no Japão avalia que a sociedade de massa, consumidora dos tradicionais meios de comunicação (rádio, televisão e imprensa), passaria a ser analisada como uma sociedade segmentada, decorrente da personalização de consumo trazida pela internet.

O autor atenta também para a capacidade que agora qualquer pessoa ou instituição se torne produtora de conteúdo. Como uma atribuição democrática, todos conseguem produzir seu conteúdo e manter uma "coexistência pacífica de vários interesses e culturas na rede" (CASTELLS, 2005, p. 439). Por isso, o autor considera a World Wide Web - WWW (Rede de Alcance Mundial), um ambiente propício para a proliferação de diversas redes de conteúdo "onde instituições,

empresas, associações e pessoas físicas criam os próprios sítios (sites), que servem de base para que todos os indivíduos com acesso possam produzir sua homepage, feita de colagens variadas de textos e imagens" (CASTELLS, 2005, p. 439).

Dessa forma se compreende a posição ativa do usuário, agora também como agente na produção de conteúdo - não se mostra tão inerte com as informações transmitidas como em meios tradicionais de comunicação. Bôa Ventura e Teixeira (2014) destacam o papel chave que o público passa a ter na dinâmica social produção-consumo. Os autores, então, consideram pertinente o modelo de sociedade que se mostra influenciada, mas não determinada pela nova tecnologia de comunicação.

Mesmo com a possibilidade dos usuários se tornarem coautores e também consumirem o conteúdo produzido por outras pessoas que não são jornalistas, a credibilidade se mantém na figura do profissional de imprensa, conforme avaliam Ferreira e Filho (2012). Para eles, a manutenção dessa fidelidade do público com o produto jornalístico é possível devido ao compromisso social da profissão com a verdade e com a informação de interesse coletivo. O laço de confiança entre o leitor e a notícia se mantém em meio aos 'nós' de informação.

Além disso, o aumento do fluxo informacional proporcionado pela web torna mais conveniente ainda a necessidade de um mediador. Como Gustavo Cardoso (2006) ressalta, o usuário necessita de alguém que possa "assegurar e verificar que dada informação é correta" (CARDOSO, 2006). Daí o autor conclui que o jornalismo mantém seu papel central mesmo com a ascenção de novos produtores de conteúdo; mesmo porque muito da credibilidade existente nos veículos de comunicação online é herdada de veículos já existentes em outros suportes - por exemplo, a credibilidade do portal de notícias G1 é, em grande parte, herdada da fidelização já existente do leitor com outros produtos jornalísticos da Rede Globo.

Analisando a experiência do usuário, o padrão de leitura também é alterado e o leitor não consome de maneira linear e contínua. Ferreira e Filho (2012) identificam que o padrão de leitura começa a funcionar formando a letra "F". O leitor lê a primeira linha e, se aquilo não interessar, ele "desce" a página em busca de informações mais interessantes e, assim, de forma contínua, lê-se um trecho, decide se é interessante e dá continuidade a leitura "descendo" a página.

Por parte de quem produz, a construção da manchete não recorre a elementos de impacto para aguçar a curiosidade do leitor como é feito comumente no impresso. No webjornalismo, a manchete é construída de forma que suas palavras tenham mais chances de aparecer nos sites de buscas sobre determinado tema. Dessa forma, a manchete passa a conter palavras chaves para que um leitor encontre a informação mais fácil ao buscar o assunto pela rede, conforme afirmam Ferreira e Filho (2012).

Por meio da web, os profissionais puderam também ter acesso a uma base de pesquisa otimizada - com maior facilidade para análise de dados e busca por fontes. Entretanto, Gustavo Cardoso (2006) pontua que as ferramentas trouxeram desafios, tais como a adaptação de um mesmo acontecimento em diferentes suportes e o modelo de comercialização de notícias a ser implementado na internet.

A percepção sobre o “atual” por parte dos jornalistas ganha uma nova roupagem com o ritmo de produção de informação possibilitado pela web. Surge a possiblidade de publicar aquilo assim que se descobre e redige o fato, sem a necessidade de estúdios para transmitir a informação - basta um aparelho com internet. Dessa forma aquilo que é considerado atual se aproxima daquilo que é considerado instantâneo. Ferreira e Filho (2012), pontuam, no entanto, que essa nova atribuição a atualidade pode ser perigosa:

> Em busca do furo, as redações da web podem menorizar uma etapa da rotina jornalística muito preciosa: a apuração. Como é possível atualizar, quase que infinitamente, uma matéria, observamos que os meios online preferem divulgar a primeira notícia, mesmo que seja em uma nota, antes de apurar para redigir uma notícia menos superficial e mais completa, contando com os recursos (fotos, gráficos, vídeos, áudios, além dos hipertextos) que a web possibilita para a construção de uma webnotícia. (FERREIRA; FILHO, 2012, pp. 5 e 6)

Traquina (2005), ao tratar dos meios tradicionais de comunicação, aponta que o furo surge principalmente de uma ideia difundida entre as agências de notícias de que “a notícia que chega primeiro será a primeira a ser utilizada durante todo o ciclo de notícias sobre esse acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p. 160). Com a internet isso se torna ainda mais acentuado, pois o que pode diferenciar quem publicou primeiro ou não pode ser uma questão de segundos.

Algo que se intensifica também com a instantaneidade é o problema do sensacionalismo no jornalismo que é, segundo Traquina (2005, p. 159), “acentuado pela lógica da concorrência” (TRAQUINA, 2005, p.159). Os critérios econômicos que já interferem na imprensa para a seleção de assuntos relevantes poderá ser maximizado na luta pelos “cliques” na notícia. Novamente Ferreira e Filho (2012) pontuam mais um ponto crítico na produção massiva ao lembrarem que não pode se esperar do usuário um ritmo de consumo equivalente ao ritmo de produção acelerado visto que o consumo dessas notícias online, normalmente, ocorre concomitantemente com outra atividade. Eles explicam que o volume informativo disponibilizado pode acarretar uma perda de compreensão por parte dos usuários, “uma vez que se torna impossível acompanhar a instantaneidade do meio” (FERREIRA; FILHO, 2012, p. 8).

1.3 Tecnologia de comunicação e cidadania

É importante também destacar as desigualdades de acesso à nova tecnologia. Uma grande contradição do novo meio é que, ao mesmo tempo que possui como característica a universalidade, a potencialidade de alcance a todos, também requer conhecimento do usuário sobre o meio digital para que possa utilizá-lo. Portanto, para que qualquer indivíduo tenha um consumo pleno do meio, “a informação sobre o que procurar e o conhecimento sobre como usar a mensagem será essencial” (CASTELLS, 2005, p. 457).

O autor considera que, assim, no mundo multimídia habitam aqueles que detêm o conhecimento da ferramenta e, portanto, conseguem estruturar seu consumo de informação e buscar notícias de diferentes meios adquirindo diferentes pontos de vista; e aqueles que, por não conhecerem a vastidão de conteúdo oferecida pela internet, “recebem um número restrito de opções pré empacotadas” contribuindo para uma visão ingênua sobre a informação. Segundo o autor, quem detém o conhecimento e quem não o detém será “amplamente determinado pela classe, raça, sexo e país” (CASTELLS, 2005, p. 457).

Para Castells (2005), é importante, inclusive, discutir quem teve acesso primeiro a nova tecnologia de comunicação. Isso porque na internet, a novidade é que o consumidor também se torna produtor e “dá forma à teia” informacional. Para

ele, muito do conteúdo e até mesmo dos símbolos difundidos pela nova tecnologia tem a potencialidade de “reforçar a coesão social da elite cosmopolita, fornecendo um apoio importante ao significado de uma cultura global” (CASTELLS, 2005, p. 449). Ele apresenta alguns dados de como o acesso à internet alcançou alguns países:

> Há porém desigualdades importantes na Internet. (…) Dentro dos países a desigualdade social, racial, sexual, etária e espacial era substancial. (…) Na América Latina, 90% dos usuários da internet provinham dos grupos de renda mais alta. Na China, só 7% dos usuários da Internet eram mulheres. (CASTELLS, 2005, p. 433)

No Brasil, de acordo com o IBGE (2016), em 2014, 54,9% dos domicílios tinham acesso a internet, somando mais de 36 milhões de domicílios brasileiros. O estudo do Instituto avaliou que o acesso a internet era altamente influenciado pela classe e região as quais pertenciam o domicílio. Quando se analisou a situação do domicílio os números se distanciaram - na área urbana 60,8% tinham acesso a internet, enquanto na área rural apenas 18,5% tinham acesso. As casas nas quais o rendimento per capita não passava de 1 salário mínimo nem alcançaram a média nacional de acesso, sendo que nas demais classes as proporções superaram à média nacional, com 88,9% dos domicílios com rendimento per capita superior a 5 salários mínimos.

Infere-se daí que deter conhecimento sobre as ferramentas de comunicação é deter uma forma de poder. Para Gustavo Cardoso (2006), o próprio exercício da cidadania em tempos de sociedade em rede depende do domínio das ferramentas de comunicação por parte do usuário. O autor apresenta, assim, o conceito de indivíduo literato. Conforme Cardoso (2006), a chamada literacia informacional é a capacidade que o indivíduo tem de reconhecer a utilidade de uma informação e ser capaz de pesquisá-la ativamente, além de avaliá-la e utilizá-la com eficiência.

Cardoso (2006) define como indivíduo literato aquele que, por meio do domínio das tecnologias de comunicação, consegue se informar de diferentes maneiras e, a partir daí, constituir uma visão crítica sobre a informação. Esse indivíduo, segundo o autor, “compreende as dimensões econômicas, legais e

sociais, éticas" (CARDOSO, 2006) que condicionam o consumo de determinada informação. Gustavo Cardoso explica a relação entre cidadania e literacia:

> Tanto o exercício pleno da cidadania quanto o sucesso econômico estão dependentes da literacia informacional dos indivíduos pois, tanto para descodificar e agir no campo político quanto para percepcionar as necessidades de clientes e compreender os sinais fracos de mudança (…) nos mercados é necessário analisar a informação, compreender como é gerada e dominar os instrumentos de gestão da informação e comunicação. (CARDOSO, 2006)

Essa situação em que o indivíduo necessita conhecer as ferramentas de comunicação para exercer a cidadania surge do fato de que os mass media, muitas vezes, constituem o único meio pelo qual os cidadãos estabelecem contato com assuntos políticos (CARDOSO, 2006). Assim, a elucidação até mesmo sobre causas sociais se dá por meio desses "agentes da reflexidade". Dessa forma, se repete o ponto de que os media influenciam na atenção que as pessoas dão a determinado assunto. Os profissionais, vistos como autoridades da informação, ao informar sobre questões sociais emergentes, criam um novo assunto a ser debatido na sociedade - que tende a repetir também o enfoque dado ao assunto.

Assim, Gustavo Cardoso (2006), por meio de Murdock (1992), apresenta algumas formas como os media contribuem para o exercício da cidadania. A primeira, segundo os autores, diz respeito a oferta de informação que elucida a população sobre os seus próprios direitos - uma espécie de jornalismo de serviço. Em seguida, os profissionais da imprensa, por meio de enfoques particulares, fornecem acesso a diferentes pontos de vista e discussões que tem como temática as questões públicas. Além disso, os cidadãos encontram espaço nos meios de comunicação para expressar críticas e relatar problemas do seu cotidiano.

Cabem críticas, no entanto, a essa ideia de que os media contribuem para o exercício pleno da cidadania. Nem sempre os cidadãos têm espaço na imprensa para expressar pensamentos e relatar problemas do seu cotidiano. Ao valorar o que deve ser noticiado, bem como quem deve ser usado como fonte de informação, os profissionais da imprensa têm a capacidade de legitimar e enfatizar a fala de uns em detrimento da fala de outros. Principalmente em questões de gênero, isso acontece quando a fala de um homem se sobrepõe a fala de uma mulher em questões referentes às próprias mulheres. No próximo capítulo será feita uma análise mais

profunda sobre a relação entre os direitos das mulheres e os seus lugares de fala durante a história.

2. MULHERES E SOCIEDADE

É necessário dar atenção para como as mulheres têm sido representadas nas mídias. De acordo com Denise Jodelet (2001), criamos representações para darmos sentido ao mundo. Esse processo inclui a possibilidade de apreendermos o objeto, a coisa representada, seja ela material ou imaterial, atribuindo-lhe valores, ancorando-nas em ideias pré-existentes que podem levar-nos a negar-lhes atributos de que estão dotados ou, ao contrário, reafirmar outros.

Neste capítulo será analisado como surgiram as inquietações a respeito do que se diz natural às mulheres e como isso gera como consequência uma série de opressões sobre as mulheres e seu corpos. Além disso, observaremos como instituições como a mídia tem a capacidade de reforçar estereótipos ou de combatê-los. Veloso e Rebouças (2010) explicam porque o movimento feminista também atem-se aos discursos midiáticos:

> Percebemos que o movimento feminista brasileiro é enfático ao defender como a mídia reproduz o discurso e a ideologia dominante, uma vez que é constituída por uma elite empresarial e política detentora dos meios de produção. As ativistas desse campo apresentam seus opositores na disputa. Denunciam que o poder tem gênero, raça, classe e orientação sexual: é exercido por homens, brancos, ricos e heterossexuais (VELOSO; REBOUÇAS, 2010, p. 5).

Para compreendermos problemáticas feministas atuais é preciso conhecer os feminismos e as contribuições teóricas que ele tem possibilitado para as pesquisas acerca das variedades. O movimento feminista surgiu justamente das inquietações sobre como as mulheres eram tratadas na sociedade. Ele teve diversas fases com diferentes enfoques no que diz respeito aos direitos das mulheres. Segundo Guacira Lopes Louro (1997, p. 14), a amplitude e diversidade das discussões se dá pela ideia do conceito de “gênero”, que está diretamente ligado ao movimento feminista contemporâneo.

Uma palavra pode ter diferentes significados e carrega consigo uma longa história de como seus significados foram empregados. Como já prenunciou Louro, “no sentido que nos interessa, gênero não aparece no Aurélio” (LOURO, 1997, p.14). “Gênero” é antes de mais nada uma construção social que, em seu uso hegemônico, impõe papeis a homens e mulheres. Compreendemos, aqui, o conceito de hegemonia através de Fabrício Mendes Fialho:

> Talvez a formulação mais conhecida e sofisticada do conceito de hegemonia se encontre na obra de Gramsci. (…) Cabe destacar dois aqueles aspectos que nos parecem centrais em sua abordagem: (1) a persuasão e a criação de consenso em grande parte de uma população de forma a "naturalizar" a sua organização; e (2) a luta pela posição hegemônica, de poder, que permite definir uma situação (e a criação de um consenso), e uma vez alcançada tal posição, haveria a manutenção de uma constante tensão com outros grupos para sua manutenção (Gramsci, 1971). Como podemos notar, ambos os aspectos tratam da ocupação e manutenção de uma posição de poder, de preponderância perante outros grupos sociais, que se tornam submetidos ao grupo hegemônico (FIALHO, 2006, p. 4).

Por meio do uso da palavra "gênero", as feministas queriam enfatizar que as ditas diferenças entre homens e mulheres não se tratavam de questões biológicas e sim de questões de gênero, ou seja, questões sociais, ligadas à cultura. Assim, para a autora Joana Maria Pedro (2005), seria mais apropriada a utilização do termo "gênero" ao invés de "sexo" ao se analisar os comportamentos humanos:

> Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra "gênero" no lugar de "sexo" (PEDRO, 2005, p. 78).

A história do movimento feminista é dividida na literatura por "ondas" (DUARTE, 2003; LOURO, 1997; PEDRO, 2005) para demarcar épocas em que as reivindicações feministas ganharam notoriedade. Compreendeu-se que as demandas feministas ganhavam força de tempos em tempos, como uma "movimentação natural […], de fluxo e refluxo, […] que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos, se avolumam em direção ao clímax" (DUARTE, 2003, p. 197).

No final do século XIX, de acordo com Louro (1997, p. 15), a "primeira onda" do feminismo ganhou força e visibilidade com o "sufragismo", termo que designou a demanda pelo direito ao voto. Um direito tão básico para o exercício da cidadania foi por séculos negado às mulheres. Para a pesquisadora Denyse Baillargeon (2000, p. 141), o impositivo "instinto materno" empregado à mulher serviu de pretexto para diversas exclusões sociais, como o exercício de determinadas profissões e o direito à cidadania política. O voto era negado às mulheres, principalmente, porque cabia a elas cuidar da vida privada e não da vida

pública. Ou seja, o trabalho de dentro de casa cabia a mulher enquanto o trabalho na rua, na vida pública, cabia ao homem.

Nesse momento, a “primeira onda” do feminismo teve demandas que perpassaram além do direito ao voto, a organização da família, as oportunidades de estudo e o acesso a determinadas profissões. As metas, fixadas por mulheres brancas e de classe média, conforme foram sendo alcançadas, foram também adormecendo o movimento pelo direito das mulheres por algumas décadas (LOURO, 1997, p. 15). Foi com a palavra de ordem “o privado é político” (PEDRO, 2005, p. 79) que o feminismo voltou a tona em sua “segunda onda” nos anos que seguiram pós Segunda Guerra Mundial - em que as preocupações agora alcançam o debate teórico, conforme afirma Louro (1997, p. 15). Era a ocasião de se publicizar os tipos de violência sofridas pelas mulheres no campo privado. “Foi quando as feministas desnudaram, publicamente, uma realidade vivida pelas mulheres no silêncio e no anonimato dos lares” (VELOSO; REBOUÇAS, 2010, pp. 7 e 8).

O movimento já estava na década de 1960 e as mulheres reivindicavam o direito aos próprios corpos e às suas formas de prazer. Falavam também sobre o patriarcado como instituição masculina e opressora, como afirma Pedro (2005, p. 79). Com as construções teóricas, Louro (1997, p. 16) explica que as feministas focaram o ativismo para além das marchas e manifestações públicas; a conscientização da população nesse momento era feita também por meio da produção de revistas, artigos de jornais e livros.

O alvo principal nesse período era a desconstrução do homem como detentor do conceito universal do que se compreende por ser humano. Por exemplo, ainda hoje, ao tratarmos de um grupo de pessoas nos referimos no masculino - “os alunos desta classe”, mesmo que a classe seja composta majoritariamente por mulheres. Além disso, a própria palavra homem tem como sinônimo a ideia de “ser humano” como se “homem” englobasse todos os tipos sociais. Era na tentativa de combater essa ideia existente até os dias atuais que as feministas já nos anos de 1960 queriam incluir aos debates questões específicas à “mulher”. Como pontua Joana Maria Pedro (2005, p. 80), as feministas então passaram a tratar de temas como “o direito de ‘ter filhos quando quiser, se quiser’, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas” (PEDRO,

2005, p. 80). Ou seja, as mulheres queriam enfatizar a categoria “mulher” na sociedade como integrante também desse sistema de significados.

Em reivindicação desse significado de “mulher” também como uma categoria humana que na “Segunda Onda” surgiram os estudos da mulher, grupos compostos somente por mulheres a fim de debater questões referentes ao feminino (LOURO, 1997; PEDRO, 2005). Devido às exclusões sociais as quais as mulheres foram submetidas historicamente por diversos pretextos, fez-se necessário “tornar visível aquela que fora ocultada […] inclusive como sujeito pela ciência” (LOURO, 1997, p. 17). Assim, as feministas, segundo Louro (1997, p. 17), passaram a analisar o que era dado como específico do feminino - por exemplo, quais tipos de ocupações as mulheres estavam sujeitas, qual era seu cotidiano, o que lhes era negado e porquê.

No campo acadêmico as estudiosas queriam evidenciar a falta de produções das mulheres e como isso as tornava um desvio de uma usual regra masculina, pontua Louro (1997, p. 18). Como explica a pesquisadora, as mulheres entraram no campo da produção acadêmica com força na tentativa de preencher essas lacunas de criação teórica:

> [As feministas] Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos (LOURO, 1997, p. 19).

As reuniões feitas só com mulheres funcionavam para observar o que de comum acontecia entre elas e a conclusão, segundo Pedro (2005, p. 81), foi que todas estavam sujeitas a uma cultura masculina que as inferiorizavam perante os homens e as deixavam com baixa auto estima. Nesses encontros se evidenciaram duas correntes de mulheres: as “igualitaristas”, cujas demandas eram de participação das mulheres na esfera pública tanto como os homens e as “diferencialistas” que classificavam as mulheres a partir do aspecto biológico (genital) e demandavam uma feminização do mundo. Ou seja, Pedro (2005, p. 81) descreve que as “igualitaristas” falavam sobre as forças opressoras originadas da dicotomia de gênero e as “diferencialistas” atribuíam à biologia a compreensão e justificativa da desigualdade social.

Mais questões internas surgiram no movimento e as estudiosas passaram a perceber que seria mais adequado reivindicar o conceito de “Mulheres”, no plural, do que “Mulher” no singular. “Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença” (PEDRO, 2005, p. 82). Ou seja, segundo Pedro (2005, p. 82), não cabia mais pensar nas mesmas reivindicações para todas as mulheres, afinal, cada uma sofria uma opressão própria dentro do contexto sociocultural em que vivia; assim, pensar em “mulheres” ajudaria a pensar nas reivindicações de muitas, em que uma não necessariamente possuísse a mesma reivindicação que a outra.

Independentemente das diferentes demandas dentro do movimento, a questão inquietante comum a todas permaneceu como o porquê as mulheres eram subordinadas ao patriarcado em suas diferentes formas e origens. As estudiosas, explica Pedro (2005, p. 83), notaram que, independente da cultura, aquilo que era ligado ao feminino era quase sempre algo desqualificado em relação àquilo ligado ao masculino. Assim, para Louro (1997, p. 31), também não se tratava mais da dicotomia sexual “feminino” e “masculino” mas sim quais características representavam e valorizavam cada tipo. Desta forma a autora destaca a emergência da utilização do conceito de “gênero”:

> Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 21).

A fim de rejeitar esse determinismo biológico no qual masculino e feminino devido aos seus órgãos sexuais justificam uma série de práticas, as feministas, segundo Louro (1997, p. 22), passam a adotar o conceito de “gênero” para afirmar que são as práticas culturais que determinam as relações sociais - que são as construções, e não algo naturalmente ligado ao ser que leva o “feminino” e o “masculino” a serem como são. A biologia, claro, não é esquecida, mas a ideia é que se enfatize que a biologia não tem nada a ver com o porquê mulheres agem de tal modo e homens de outro. O discurso se volta, assim, para o campo social “pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos” (LOURO, 1997, p. 22).

Por meio do conceito de “gênero” evitam-se ideias generalizadas sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. A palavra pede que se pense nos diferentes tipos sociais humanos independente da questão biológica. Evita-se a determinação de “papéis” que, para Guacira Lopes Louro (1997, p. 24), são normas arbitrárias que, devido a hábitos culturais, a sociedade impõe para seus membros, definindo “seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou se portar” (LOURO, 1997, p. 24). Assim, tornam-se lemas ideias como as que são propostas por Simone de Beauvoir (1949) em que se fala sobre a desnaturalização do feminino:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1949, p. 579)

2.1 Maternidade em perspectiva

Pode-se dizer que vários papéis atribuídos às mulheres pela justificativa do “natural” são, na verdade, construções sociais e, portanto, se baseiam num conjunto de dominações ideológicas e formas de poder de um sobre o outro. Dentre esses papéis impostos às mulheres, será discutida aqui a naturalização acerca da maternidade. Ou seja, a compreensão de que as mulheres estão destinadas à maternidade e, portanto, sujeitas ao conhecimento natural de como se deve lidar com tal atributo. Além dessa, também será discutida a compreensão de que as mulheres são detentoras de um instinto materno que as guia durante a experiência de “ser mãe”. Segundo Stevens (1997, pp. 17-18), é necessário avaliar, ainda, por que também é dito natural ao ser feminino as relações mais subjetivas, íntimas e emocionais enquanto seria natural ao masculino o individualismo e a objetividade.

Os estudos feministas apontam a experiência da maternidade como fator central no debate sobre a desigualdade entre homem e mulher, como afirma Scavone (2001, p. 139). Isso porque a maternidade foi amplamente utilizada na sociedade para justificar a ausência das mulheres nos espaços de decisão, “confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina” (SCAVONE, 2001, p. 139). A reivindicação para a livre escolha da gravidez, de acordo com Scavone (2001, p. 140), foi um dos primeiros passos para romper com a ideia de que as

mulheres estavam destinadas a se tornarem mães. A busca por direitos como o acesso a contracepção e ao aborto se evidenciavam como proposta de libertação das mulheres da vida privada, “portanto, condição de liberdade e igualdades sociais” (SCAVONE, 2001, p. 140).

A crítica feminista, segundo Scavone (2001, p. 139), passou por diversas reflexões acerca da maternidade. Em um primeiro momento chegou a considerá-la um defeito natural, que acabaria por confinar o feminino. De acordo com a autora, as estudiosas chegaram a propor a negação da maternidade por parte das mulheres com o intuito de subverter a dominação patriarcal. Scavone (2001, p. 140) afirma que, por outro lado, havia as feministas que desejavam desconstruir essa visão e encarar a maternidade como um poder inato à mulher, o qual o homem invejava. Foi na interação entre essas ideias que as estudiosas concluíram que a interpretação do que é a maternidade dada pela sociedade é o que ocasiona o confinamento ou libertação da mulher. “[A crítica feminista] acaba mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente” (SCAVONE, 2001, p. 141).

Os tipos atribuídos aos seres humanos pela sociedade costumam ser definidos por seu caráter biológico. Numa definição hermética, são tidos como anormais aqueles tipos que destoam do que é imposto para o seu sexo. Na dicotomia feminino e masculino cada tipo tem suas funções - “esposa e mãe para as mulheres segundo valores determinados pelas significações do social” (SWAIN, 2000, p. 47). Infere-se por essas redes discursivas que são anormais aquelas mulheres que não tem pretensão ou potencialidade de serem mães ou esposas. Daí as insurgências de feminismos e correntes de pensamento que questionem essas ideias.

Swain (2000, p. 48) analisa os feminismos como “correntes de contra-imaginários” (SWAIN, 2000, p. 48), que questionam as instituições sociais e evidenciam opressões e sistemas de apreensão do mundo. Para a autora, “os feminismos […] ressaltaram os processos e mecanismos que transformam os corpos em feminino e masculino, interpelados pelas práticas de dominação, de assujeitamento ou de resistência” (SWAIN, 2000, p. 48).

Os feminismos tentam, então, combater as noções de “verdadeira mulher” e “verdadeiro homem”, enfatizando que a sociedade é composta por diversos tipos humanos que fogem à dicotomia estabelecida. Colocar todas que nascem mulher num mesmo pacote de regras de conduta com destinos pré-estabelecidos é, no mínimo, injusto. Assim, Swain questiona os sentidos impostos aos corpos das mulheres:

> Que corpo é este que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/morais? Que corpo é este que eu habito cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um, pode tornar-se dois, ocupando o mesmo lugar no espaço? Corpo feminino, corpo reprodutor, a maternidade que me desdobra vem me integrar ao mundo do social, à representação da “verdadeira mulher”. Serei eu “mulher” mesmo antes de ser “mãe”? (SWAIN, 2000, p. 47)

Entretanto, discursos que são combatidos desde o século XIX se mantêm no século XXI como, por exemplo, a compreensão de que os sentimentos femininos em relação à maternidade e ao “instinto materno” são os mesmos em todas as mulheres. Sendo que, para as teóricas feministas, ambos são criações sociais e não sentimentos inatos à mulher. “A imagem e os sentidos atribuídos aos corpos são, portanto, superfícies já existentes sobre as quais se encastram os papéis e os valores sociais” (SWAIN, 2000, p. 51), as imagens, para a autora, são criadas, variam culturalmente, mas estabelecem para todos destinos naturais e indispensáveis para a definição de feminino e masculino.

Evidencia-se o patriarcado, instituição que engloba os conjuntos ideológicos que definem o humano como ser “dividido inexoravelmente em dois” (SWAIN, 2000, p. 52). Nessa visão, cada parte tem uma função estipulada, legitimada por instituições como igreja, meios de comunicação e senso comum. Cabe às mulheres a maternidade, responsável por exaltar e inferiorizar o feminino. De acordo com Swain (2000, p. 52), exalta-se porque a reprodução é tida como uma “dádiva divina” e inferioriza-se porque a mulher tem suas funções limitadas por ela. A maternidade é memorada como nascimento da criança e da mulher que agora torna-se “verdadeiramente mulher” por ter cumprido seu destino de ser mãe. “As mulheres, nesta perspectiva, não encontram a plenitude de seus corpos constituídos em sexo senão em sua função reprodutora” (SWAIN, 2000, p. 56).

Nancy Chodorow (1978) analisa como a maternidade imposta às mulheres acarreta nas ideologias opressoras, na divisão sexual do trabalho e na desigualdade social dentro e fora de casa. Conforme sublinha Stevens (1997, p. 21), a tese principal de Chodorow é a de que “a reprodução dos padrões tradicionais de maternação no mundo contemporâneo se dá através de processos psicológicos induzidos social e estruturalmente que se reproduzem de forma cíclica” (STEVENS, 1997, p. 21). É repetido para as mulheres, desde seu nascimento, que a maternidade é um esplendor junto com seus inconvenientes, “o tédio das tarefas caseiras, tudo é justificado por esse maravilhoso privilégio de pôr filhos no mundo” (BEAUVOIR, 1949, pp. 1072-73).

Chodorow (1978, p. 11) explica o que é visto como característica “materna” e “paterna”; o “materno” está ligado ao carinho e cuidado com o bebê, portanto quando um pai cuida de seu filho ele é visto como exercendo um “papel de mãe” e quando uma mãe sai para trabalhar é vista como exercendo um “papel de pai”, ou seja, papéis que não foram designados para eles - encarcerando os tipos humanos no que devem ou não fazer. Stevens (1997, p. 24) cita June Hahner para falar sobre a percepção de mulher ideal:

> Diz-se no sertão de Sergipe, que a mulher ideal é a que, simultaneamente, pombinha, formiguinha e galinha. Pombinha é a que se mostra sempre terna e asseada; formiguinha é a que, laboriosa, auxilia o marido no sustento do lar; galinha é a que, mãe amorosa, se revela solícita no tratamento dos filhos. (Hahner, 1978, p. 118)

Aquelas que destoam do papel atribuído para seu sexo então são tidas como “desvios”, pertencem a um grupo de excluídas e, com esse sentido, acabam por também se sentirem marginalizadas pela sociedade. Na literatura ideologicamente patriarcal, a maternidade é universal, caracterizada pela "ternura ilimitada, amamentação longa, educação das crianças, movimentação física restrita ao espaço doméstico, ausência de desejo sexual, rejeição ao trabalho dito ‘produtivo’” (STEVENS, 1997, p. 25). Não são consideradas “mães verdadeiras” aquelas que, por qualquer motivo, não cumpram com essas atribuições. Assim a maternidade se mantém numa encruzilhada pois, ao mesmo tempo que é um componente da identidade feminina, também é um pilar do patriarcado, ou seja, “um locus de poder e opressão, auto-realização e sacrifício, reverência e desvalorização” (STEVENS, 1997, p. 24).

Não é possível dar respostas exatas para o que deveria ser enxergado como “mãe”, mas as feministas propõem que esse não deveria ser um conceito fechado e sim em constante avaliação. Um passo principal a ser tomado na visão de Stevens (1997, p. 25) é começar a dar voz às mães e a escutá-las, só elas saberiam dizer verdadeiramente a experiência única do “ser mãe” e comprovar que se trata de um universo plural e não generalizado. Cristina Stevens (1997, p. 22) lembra que Adrienne Rich, já na década de 1970, apontava para a importância de se dar voz a elas:

> As mulheres têm sido mães e filhas, mas têm escrito muito pouco sobre esse assunto; a grande maioria das imagens literárias e visuais da maternidade vem até nós filtrada através da consciência masculina, individual ou coletiva. (Rich, 197, p.62)

2.2 Verdadeira Maternidade

A ciência é uma das responsáveis pela ideia do que é ser mãe “corretamente”. Por meio da educação e da própria saúde pública os discursos repetem e atualizam a compreensão do que é “ser mãe” (MEYER, 2003, p. 34). As autoridades conferidas nas figuras desses profissionais colaboram mais ainda para a “naturalização e universalização” das definições de “mãe” (MEYER, 2003, p. 34). A pesquisadora Dagmar Estermann Meyer (2003), ao analisar as campanhas de aleitamento materno conduzidas pelo governo federal no Brasil, identificou que é recorrente a redução da mulher à função de mãe ou cuidadora em programas educativos e de atenção à saúde materno-infantil.

Meyer (2003, p. 37) observa o confinamento de diversos tipos femininos dentro de um só. As campanhas educativas que envolvem maternidade esquecem da diversidade sócio cultural em que as mães brasileiras estão inseridas e destinam a mensagem à um tipo específico de mãe. A autora descreve uma “nova politização da maternidade”, em que torna-se um projeto de vida a criação de filhos saudáveis, tendo a responsabilidade individual sobre esse projeto ancorada na mulher, “independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta” (MEYER, 2003, p. 37).

A ideia é que, antes mesmo da concepção, antes mesmo de cogitar ter um filho, a mulher já está sujeita às pressões sociais consequentes da maternidade.

Aminatta Forna (1999) é citada por Meyer (2003, p. 37) para trazer a noção de responsabilização sobre a saúde do feto já antes de nascer:

> Espera-se que a futura mãe se abstenha de café, chá, álcool, fumo (inclusive passivo), determinados tipos de alimentos industrializados, estresse, excesso de exercícios (…) Durante a gravidez, o desenvolvimento do bebê e todos os aspectos do comportamento dela são minuciosamente monitorados pelos serviços de saúde. (…) Para o melhor e para o pior, hoje, as responsabilidades da mãe dobraram: a estabilidade emocional e o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos filhos também estão a seu encargo. (…) As mães são bombardeadas com mais informações do que conseguem absorver e o conselho é sempre apresentado como o "melhor para o seu bebê", porém envolve vários outros interesses (ou dificuldades) sociais, políticos e culturais. (FORNA, 1999, p. 21)

Ou seja, a mãe tem que cuidar de si para que não prejudique a criança e cuidar também para que o outro não prejudique a criança. Essa é uma ideia já trazida por Denyse Baillargeon (2000) pelo conceito de "maternagem", que significa o cuidado com a cria e por extensão o cuidado com o outro. Assim o feminismo questiona o que leva a "maternagem" a ser considerada inata a mulher? Pois não há justificativa biológica que determine a mulher possuir alguma "química" própria atrelada a maternidade. A "maternagem" já existe antes da mulher ser um corpo, ou seja, é uma construção social.

Mesmo o movimento feminista contribuindo para uma noção mais diversificada dos tipos de mães: "mães donas-de-casa, mães chefes-de-família, mães de produção independente, casais igualitários" (SCAVONE, 2001, p. 149), as instituições insistem em se comunicar apenas com a mulher-mãe do século XIX, que fica dentro de casa, que não trabalha e desloca atenção constante aos filhos. Ou seja, a representação da mãe em tempo integral, confinada no espaço privado, é legitimada pela autoridade científica ou de informação e fixa a imagem desse tipo de mãe no senso comum como se fosse o correto; "como se fosse a melhor ou verdadeira maternidade, aquela que se transforma em referência das ações assistenciais e educativas […] a partir da qual as outras maternidades são classificadas como sendo maternidades de risco ou desviantes" (MEYER, 2003, p. 42).

Na avaliação de Meyer (2003, p. 43), a definição de verdadeira maternidade possui efeitos reais na vida das mulheres. O papel maternal definido para a mulher, segundo Chodorow (1978, p. 11), contribui para a criação de

estereótipos sobre as mulheres e para reprodução da desigualdade social e divisão de trabalho. Aquelas que desviam das características impostas são estigmatizadas e classificadas como mães ruins, que não cumpriram o único papel ao qual foram destinadas. Meyer (2003) destacou alguns conselhos presentes na campanha de aleitamento, como o de que a mulher deve buscar tranquilidade no momento da mamada, ora, dessa forma se questiona:

> Não é explicado, em nenhuma dessas fontes, como devem proceder os diferentes grupos de mulheres que, por razões diversas, não dispõem desse tempo, de local adequado ou não estejam tranquilas nem confortáveis. […] Como e onde estão representadas, nesse discurso, os grupos de mulheres de baixa renda, as com grande número de filhos, as que querem ou precisam inserir-se no mercado de trabalho porque ocupam, crescentemente, a posição de chefes de família ou as que dispõem de acesso precário a redes de apoio social, como creches ou serviços de saúde, ou transporte coletivo, para citar apenas alguns exemplos? (MEYER, 2003, p. 46)

Tanto no discurso midiático como no discurso proferido por instituições como Igreja e Estado os “conselhos” dados às mães são universais e homogêneos. Não levam em conta a diversidade existente nesse grupo e nem mesmo a existência também da paternidade como parte responsável pela criança. Por meio dessas autoridades, esses aconselhamentos produzem a culpabilização das mulheres que não podem ou são impedidas de exercer qualquer uma dessas funções designadas à mãe, como afirma Meyer (2003, p. 49). Assim, qualquer mal que acometa a criança foi consequência de alguma atitude tomada por aquela que a gerou “pois elas aprendem - com o que não está dito - que sua incapacidade ou condição interfere no ‘desenvolvimento saudável’ de seu filho” (MEYER, 2003, p. 49).

A verdade criada em torno das mães se torna inquestionável pois se justifica na crença do “natural”. A saúde do feto vem antes da saúde daquele ser que o gera, a mulher. Se estabelecem silêncios em torno do tema pois aquilo que é definido como “divino, científico ou natural, se transforma em argumento inatacável” (MEYER, 2003, p. 53). Essas verdades, para as estudiosas feministas, nascem de teorias e campos do conhecimento inscritos “na ciência masculina, branca, heterossexual e cristã, da modernidade ocidental” (MEYER, 2003, p. 54). Chodorow (1978, p. 14) aponta que, para as pesquisadoras sociais, o determinismo biológico é questionável visto, inclusive, a diversidade na composição biológica de

cada humano. Dessa forma, elas entendem que o comportamento humano é construído culturalmente e não biologicamente.

3. MATERNIDADE E ZIKA VÍRUS NO PORTAL G1

Para compreender como a maternidade tem sido tratada por parte da mídia brasileira e como o jornalismo pode contribuir para a consolidação de um senso comum, será avaliada neste capítulo a cobertura jornalística do Zika vírus no portal de notícias mais acessado da internet no país, o G1. Observou-se que as mães foram frequentemente acionadas nos mais diferentes veículos de comunicação ao se abordar o assunto do vírus, por isso seria pertinente analisar como a maternidade foi tratada nesse contexto.

O portal G1[8] pertence ao Grupo Globo e na categoria de notícias é líder em audiência. Segundo o serviço Alexa Internet Inc.[9] a "globo.com", que hospeda o portal G1, foi a página de notícias mais acessada no Brasil no mês de fevereiro de 2016. No G1, o leitor tem a sua disposição editorias que englobam economia, política, tecnologia, concursos e empregos, educação, carros, ciência, saúde e cultura, além dos noticiários nacional e internacional. O próprio portal elenca a agilidade, ou seja, o imediatismo na publicação de notícias como um diferencial positivo para que um possível anunciante compre espaço publicitário no sítio[10].

Trata-se de um típico portal de notícias multimídia, em que o leitor pode consumir vídeos, áudios, textos e imagens num mesmo produto jornalístico. A notícia textual portanto pode ser incrementada por diferentes atributos ilustrativos, mas o conteúdo noticioso se mantém como pilar principal desse sítio. O texto só perde o protagonismo quando se trata de publicações de programas televisivos ou de rádio, já que o portal também abriga matérias televisivas e radiofônicas disponibilizadas online. Mas a produção de notícia do G1 se dá principalmente pelo texto.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2016)[11], 3 em cada 4 mulheres procuram se informar sobre os cuidados com o Zika vírus durante a gravidez. Além disso, a maioria das gestantes, 84% do total, buscam

---

[8] Disponível em: <g1.globo.com>.

[9] Alexa Internet Inc. é um serviço oferecido pela Amazon que mede a quantidade de usuários em determinado sítio da internet. Disponível em: <www.alexa.com>. Acesso em: 01/10/2016.

[10] Disponível em: <http://anuncie.globo.com/redeglobo/sites/noticias/g1/home.html>. Acesso em: 01/11/2016.

[11] Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/direitos-sexuais-e-reprodutivos/90-das-gravidas-querem-testes-para-saber-se-tiveram-zika-e-70-demandam-maior-acesso-ultrassons/>. Acesso em: 01/09/2016.

essas informações na internet. Mesmo sem saber qual *site* essas grávidas buscam, deduz-se que o *site* noticioso que possui a maior audiência abrigue uma boa parcela dessas leitoras e, portanto, exerce grande impacto sobre as informações que recebem. Assim, interessa-nos analisar, sob o ponto de vista dos estudos feministas e de gênero, bem como das teorias jornalísticas, quais são as características dos conteúdos abordados.

Na análise presente neste capítulo interessará apenas o conteúdo textual das matérias selecionadas, portanto não se levará em conta as imagens ou vídeos publicados juntos a matéria. Não significa que tais atributos imagéticos não sejam importantes, mas se compreende que será possível alcançar uma compreensão satisfatória para teste de hipóteses analisando apenas o texto.

A fim de compreender como a maternidade foi retratada durante a cobertura jornalística do Zika vírus, foram selecionadas 29 matérias do mês de fevereiro de 2016. Isso porque, como foi dito na introdução deste estudo, o assunto "zika vírus" ganhou maior relevância nesse período devido a declaração da Organização Mundial da Saúde de que ele se tornara emergência mundial. Assim, o assunto nessa data específica tornou-se mais interessante para o público, principalmente, para as mães e futuras mães que foram acionadas incansavelmente pela mídia para darem atenção para o vírus.

3.1 Metodologia: análise de conteúdo

A metodologia empregada baseou-se na análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin, a qual se debruça em técnicas para investigar a comunicação. As ferramentas da análise de conteúdo servem para compreender a fundo o que uma mensagem quer dizer, "recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea" (BARDIN, 2009, p. 30). Basicamente, Laurence Bardin (2009) propõe uma visão crítica e desconfiada da mensagem. Dessa maneira, a autora afirma que para realizar essa "vigilância crítica" é necessário "o desvio metodológico e o emprego de 'técnicas de ruptura'" (BARDIN, 2009, p. 30).

A análise de conteúdo pode investigar tanto os "significados" como os "significantes" de uma mensagem. Na visão de Bardin (2009), qualquer comunicação está sujeita a este método, que, por meio de técnicas, tem a intenção

de traduzir conteúdos subjetivos em questões objetivas. Utiliza-se, assim, “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009, p. 40) para analisar as comunicações.

Nesse sentido, a análise de conteúdo visa a capacidade do pesquisador de inferir (deduzir logicamente) por meio de indicadores (quantitativos ou qualitativos) questões que dizem respeito à produção da mensagem (BARDIN, 2009, p. 41). Como ressalta a autora, “o analista é como um arqueólogo” (BARDIN, 2009, p. 41), ele trabalha com pistas ou vestígios (documentos) que manifestam dados e fenômenos. O pesquisador, portanto, consegue inferir características do emissor da mensagem ou do meio por meio do manejo desses vestígios. Bardin situa o lugar da inferência na avaliação:

> Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermédio, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 2009, p. 41)

Assim, como enuncia o método da análise de conteúdo, o propósito dessa pesquisa é compreender aquilo que está por trás das notícias sobre o Zika que envolvem a maternidade. A busca é pelas diferentes interpretações possibilitadas pelas mensagens. Ou seja, utilizando a análise de conteúdo, o estudo busca compreender as variáveis sociológicas e históricas “por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 2009, p. 46).

O método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2009, p. 121) organiza-se em três fases: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise o pesquisador deve escolher os documentos a serem analisados, formular hipóteses e objetivos e elaborar indicadores que auxiliem as conclusões da pesquisa. Nessa fase, os documentos escolhidos para serem analisados passam por escolhas, seleções e regras que devem ser explicitadas pelo pesquisador.

Em seguida, o analista passa para a formulação de hipóteses, ou seja, afirmações provisórias que foram intuídas a partir de algum conhecimento que o pesquisador possui sobre o tema. Nas palavras de Bardin (2009, p. 124) “trata-se de

uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros". Criadas ou não as hipóteses, surgem os indicadores. Eles podem ser determinados também sem hipóteses. Os indicadores são códigos, temas, categorias determinadas pelo pesquisador que auxiliarão na compreensão das mensagens analisadas.

Após a pré-análise, parte-se para a exploração do material. Esta fase é apenas a aplicação das decisões tomadas na fase anterior. Ou seja, tendo o corpus da pesquisa organizado e as hipóteses e indicadores determinados, busca-se agora organizar o material por meio dos indicadores e testar as hipóteses. Assim, este momento da pesquisa inclui "operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas" (BARDIN, 2009, p. 127).

Por fim, o pesquisador dedica-se ao tratamento dos resultados com inferências e interpretações. O analista dá sentido aos resultados "de maneira a serem significantes (falantes) e válidos" (BARDIN, 2009, p. 127). Tendo em mãos o resultado, o pesquisador pode propor interpretações e inferências relativas ao objeto de estudo. Para Bardin (2009), esses resultados podem servir como provocações para futuros estudos, para uma nova análise, como também para fins pragmáticos.

3.2 Pré-análise

Por meio do sítio de buscas Google foi feita uma pesquisa avançada por páginas no domínio g1.globo.com que mencionaram a palavra "zika" e foram publicadas entre os dias 1º e 29 de fevereiro de 2016. Foram obtidos 200 resultados no buscador, uma média de 6 matérias por dia no decorrer desse mês. A partir disso, as matérias foram colhidas de forma aleatória de maneira a completar o corpus de uma matéria por dia do mês de fevereiro. Por exemplo, dentre as várias matérias que mencionaram "zika" e foram publicadas no dia 1º de fevereiro, se escolhia, de maneira aleatória, apenas uma e, assim por diante, para cada dia, completando-se 29 dias, ou seja, 29 matérias para análise. A opção por analisar uma matéria por dia se deu pelo tempo e espaço disposto a esse estudo. Durante o primeiro contato com o material, avaliou-se que o conteúdo disponibilizado em 29 matérias seria suficiente para implementar a análise.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2016), a maioria das gestantes, 71% e 62% respectivamente, apontaram “tristeza” e “medo” como principais sentimentos suscitados ao verem uma notícia sobre microcefalia - anomalia no crânio do bebê causada por algum contato com o Zika vírus. Algumas chegaram a demonstrar sentimento de culpa na parte qualitativa da pesquisa. De acordo com o Instituto, as grávidas se sentem as principais responsáveis pela saúde da criança e, caso algo aconteça, elas que terão de se responsabilizar pelas consequências. Como relatam duas entrevistadas da pesquisa: a primeira afirma “se minha filha nascer com algum problema, a culpa vai ser minha por não ter cuidado tanto”; já a outra mulher diz “mãe é mãe. Quem vai ter que cuidar, de levar no médico, de acompanhar é a mãe. E mãe que é mãe não abandona, cuida!”.

Por que as mulheres demonstram esses sentimentos e essa responsabilização exclusiva sobre a criança? Surge, então, a hipótese de que talvez a mídia não tenha inspirado nas mães outra noção de responsabilidade. Ou seja, a mídia, possivelmente, não alimentou outra reflexão que não fosse a de que a mãe é a principal responsável pela criança e, portanto, tudo que acontece com o bebê tem como causa direta alguma atitude dela. Assim, a mídia estaria repetindo um discurso criticado pelas feministas de que a mãe é a única responsável pelo cuidado com a criança. E, assim, deriva-se uma hipótese: a mídia age assim pois seus jornalistas estão inseridos num contexto patriarcal e por mais que tenham um compromisso ético no exercício das profissão, irão refletir seus valores sociais num produto jornalístico.

A pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2016) também detectou que o conhecimento sobre o Zika vírus e a microcefalia não é pleno entre as gestantes. Apenas 27% das grávidas afirmaram “saber muito” sobre o vírus. Além disso, 45% dessas mulheres associam a microcefalia a outros fatores que não ao próprio vírus. Elas citaram Dengue, Chikungunya e até vacina de rubéola vencida como fatores causadores da microcefalia, sendo que estes fatores são reconhecidamente falsos. Também há desconhecimento sobre até quantos meses de gravidez existe o risco de sequelas para o bebê, caso a mãe tenha Zika. Uma quantidade semelhante de grávidas se dividiu sobre o período da gravidez mais propício a transmitir o vírus para a criança. De acordo com o Instituto (2016), quando o assunto “zika vírus” é estimulado em um grupo de gestantes “transparecem as

dúvidas e confusões em torno da doença, especialmente no que se refere às formas de contágio e aos seus efeitos sobre o desenvolvimento do bebê" (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

É possível, então, que, de alguma forma, as notícias que essas mulheres acompanharam tenham gerado mais desinformação do que informação. Ou seja, as informações passadas nas matérias podem ter gerado algum ruído. Isso pode ter acontecido pela ânsia do jornalismo digital em publicar a notícia o quanto antes, para "furar" o concorrente, em detrimento de uma informação clara e precisa. Pode também ter acontecido pela quantidade de pesquisas científicas veiculadas sobre o Zika, que podem ter se contradito em algum momento das publicações visto que é um vírus novo e que pouco se sabe sobre o assunto.

Assim, reúnem-se as seguintes hipóteses: as notícias reafirmam a ideia de que a mãe é a única responsável pelo bebê e por isso elas se sentem culpadas caso o filho nasça com microcefalia; a mãe não tem espaço para se expressar sobre o assunto e por isso os valores patriarcais acabam sendo reproduzidos nas notícias; as informações sobre o vírus possuíam algum ruído e por isso as mães apresentam pouco conhecimento sobre o tema; foram publicadas informações contraditórias e por isso as mães sentem medo já que não sabem como agir nessa ocasião.

Para testar as hipóteses de que as notícias reafirmam a ideia de que os filhos são de responsabilidade prioritária da mãe e de que falta espaço para a expressão da grávida, foram criados dois indicadores. Para a primeira hipótese buscou-se a menção nas notícias às palavras "grávida", "gravidez", "gestante", "gestação" e "mãe", para que se entenda em que lugar de ação essas palavras foram colocadas, ou seja, o que essas mães estavam fazendo em determinada posição do texto. Após isso, foram criadas categorias para cada lugar de ação em que essas palavras foram utilizadas. Já para analisar a possível falta de espaço para a fala das gestantes nas matérias analisou-se quais fontes foram utilizadas em cada uma delas. Após a análise de fontes, foram determinadas categorias para cada uma delas, a fim de compreender os tipos de fontes mais utilizados pelos jornalistas para cobrir esse tema.

Outro indicador foi criado para testar a hipótese de que, de alguma forma, houve um ruído na comunicação. O indicador escolhido foi analisar a diferença entre

o tempo de “publicação” e “atualização” em cada matéria. Em tempos de jornalismo na internet, o profissional pode publicar um primeiro relato sobre um assunto, na pressa, com intenção de “furar” o concorrente e depois atualizar a mesma matéria com informações mais claras. Ou seja, a primeira informação publicada, possivelmente, pode ter sido incompleta e analisar a frequência de atualização das matérias ajudaria a monitorar tal questão. Como essa é uma característica peculiar ao meio da notícia online torna-se pertinente a utilização desse indicador.

3.3 Exploração do material

3.3.1 Emprego da noção de maternidade: hipótese 1

Utilizando o primeiro indicador buscou-se as palavras “mãe”, “gestação” e seus sinônimos para compreender como as grávidas estavam sendo utilizadas na construção da informação. Ao analisar as 29 matérias dos 29 dias de fevereiro de 2016 verificou-se que as menções à “mãe” e aos seus sinônimos apareceram em 20 matérias, ou seja, as mães foram mencionadas em 68,9% das matérias. A partir disso, foi possível dispor em 4 categorias em qual situação a palavra “mãe” e suas variáveis foram incluídas nos textos. As quatro categorias determinadas foram:

a) Orientação: as mães e suas variações do termo foram acionadas para serem orientadas pela matéria - elas receberam dicas para se proteger do vírus ou receberam informações que explicavam a importância da participação delas nesse processo de combate à microcefalia;

b) Estatística: as mães e suas variações do termo apareceram como números, em contabilizações de grávidas com Zika, em análises do aumento do número de casos de microcefalia em grávidas, em avaliação da idade média da mãe que contrai o vírus;

c) Objeto de pesquisa: as mães e suas variações do termo apareceram como pessoas sendo pesquisadas e mapeadas geneticamente - elas serviram como fontes biológicas de informação e foram analisadas psicologicamente por observações de outros;

d) Fonte de informação: as mães e suas variações do termo foram acionadas como fonte de informação, ou seja, suas falas e suas experiências auxiliaram na construção da matéria.

Cada matéria pode conter em si mais de uma categoria. Observou-se que a “orientação” foi utilizada em 7 matérias, a “estatística” foi empregada em outras 7, mães como “objeto de pesquisa” apareceram em 9 e, por último, como fonte de informação, a grávida só foi acionada em 1 matéria. Esses números já demonstram que, de alguma maneira, as notícias construídas sobre Zika, apesar de ter a mãe como protagonista - presente em 20 matérias - não deu voz a ela. Mesmo assim, quando a mãe apareceu para falar, como foi sua fala? Na matéria publicada no portal de notícias G1 no dia 14 de fevereiro de 2016, uma grávida posiciona-se sobre a situação:

> A mulher de Medina, Karen, está grávida de três meses e teve zika. Os sintomas foram leves, mas as consequências ainda são desconhecidas. "Meu medo é que nas notícias (sobre a doença) eles falam que o bebê pode ficar deformado. Estou muito assustada e rezo para que nada de mal aconteça com ele", disse. (G1, 2016)[12]

Esse trecho demarca a única vez, em todas as matérias analisadas, que uma grávida foi acionada para se posicionar sobre o Zika vírus e suas consequências. No trecho, a gestante relata medo e, inclusive, sua fala atribui o medo ao que observou nas notícias sobre a doença. Chama a atenção o fato de as grávidas terem sido acionadas em 20 matérias, seja para serem aconselhadas, seja para serem números estatísticos ou analisadas biologicamente mas no único espaço aberto para a fala de uma grávida, fala-se sobre o medo. Não se discute quais dificuldades ela passa, nem mesmo se ela consegue cumprir a série de regras impostas pela doença.

Para a pesquisadora Adrienne Rich (1995, p. 61), as mulheres, durante a história, pouco falam sobre a própria experiência da maternidade, mesmo sendo filhas ou possíveis mães, pouco conteúdo sobre esse fenômeno biológico foi produzido por mulheres. Rich atribui esse silêncio ao patriarcado, que necessita que a mulher não conteste os valores estabelecidos por ele, que confinam a mulher no

---

[12] Os textos que contêm essa referência compõem as 29 matérias selecionadas para este estudo. Os links para essas informações estão no apêndice deste trabalho.

espaço de reprodutora. O silêncio “certamente cria arquétipos de mãe que reforçam o conservadorismo da maternidade e dão energia para a renovação do poder masculino” (RICH, 1995, p. 61).

A ideia, segundo a pesquisadora, é que a maternidade surge atrelada a teorias, ideais e estereótipos que foram todos criados por outros homens e instituições que não representam as mulheres. Assim, a sociedade reproduz ideias preconceituosas como, por exemplo, a de que as mulheres que não querem ter filhos são “incompletas” ou até mesmo aquelas que tiveram filhos mas decidem sair para trabalhar logo após parir são mães ruins por não se dedicarem com exclusividade ao seu filho.

Ou seja, é emblemático que, no decorrer de 29 dias de cobertura do tema, apenas uma mãe tenha falado sobre o assunto e, mesmo assim, com pouco espaço. Reforça a ideia de que as mulheres não têm vez até mesmo nas questões que dizem respeito a elas mesmas. Como aqueles que não passam pela maternidade podem criar uma série de interpretações a respeito desse fenômeno? A maternidade chega a mulher construída por aqueles que não a vivenciaram e portanto é caracterizada por preconceitos que não condizem com a realidade e acabam por criar expectativas irreais sobre a experiência de “ser mãe”.

Além disso, o que o depoimento dessa grávida acrescentou à cobertura sobre o Zika vírus? Para quê ele serviu? Em seu testemunho, a gestante afirma ter medo de seu filho nascer “deformado”, afirma estar assustada; cria-se uma imagem de sofrimento em quem lê o relato dessa mulher. E esse sofrimento é informativo até que ponto? Susan Sontag (2003), em sua obra *Diante da dor dos outros*, discute o sensacionalismo na imprensa: “‘Se tem sangue, vira manchete’, reza o antigo lema dos jornais populares (…) - aos quais se reage com compaixão, ou indignação, ou excitação, ou aprovação, à medida que cada desgraça se apresenta” (SONTAG, 2003, p. 27).

A escritora fala sobre como o sofrimento dos outros é usado como artifício para atrair a atenção do público e, como consequência, vender mais jornais. “Numa cultura radicalmente renovada pela ascendência de valores mercantis, pedir que as imagens abalem, clamem, despertem parece antes um realismo elementar, além de bom senso para negócios” (SONTAG, p. 34). Ou seja, para além da justificativa que

se objetiva apresentar a realidade dos fatos, impõem-se a lógica da notícia como mercadoria, algo vendável, de fácil e rápido consumo, ainda que muito superficiais nos conteúdos e informações apresentados.

Nas categorias “objeto de pesquisa” e “estatística” as gestantes apareceram como experimentos científicos e números, respectivamente. Na primeira, selecionou-se três trechos que exemplificam a classificação de “objeto de pesquisa”. O primeiro exemplo ocorreu na matéria do dia 10 de fevereiro:

> Pesquisadores anunciaram nesta quarta-feira (10) a descoberta de novas evidências que reforçam a associação entre o vírus da zika e casos de má-formação cerebral, citando a presença do vírus no cérebro de um feto abortado de uma mulher europeia que ficou grávida enquanto morava no Brasil. (G1, 2016)

Em seguida, foi selecionado o trecho do dia 16 de fevereiro: “Segundo o ministério, os técnicos vão coletar informações com mulheres que tiveram filhos recentemente na região, com e sem microcefalia” (G1, 2016). E, por fim, o trecho do dia 26 de fevereiro que expõe: “Um bebê da Bahia morreu, ainda na barriga da mãe. A mãe não sentiu os sintomas da zika, mas no feto os médicos encontraram o vírus no cérebro e na medula” (G1 2016).

Nesses três trechos é possível observar o que se quis dizer com a categoria “objeto de pesquisa”. Nesses exemplos, as mães aparecem como sujeitos a serem investigados biologicamente por conta do vírus e isso aconteceu em todas as 9 matérias enquadradas nessa categoria. O foco de pesquisas científicas nas mães também leva a compreensão de responsabilização exclusiva da gestante sobre o que vier a acontecer com o feto. Existem pesquisas científicas igualmente relevantes para se compreender as complicações da microcefalia como, por exemplo, as chances de o vírus ser transmitido pelo sexo como informa o próprio Ministério da Saúde por meio de seu site: “É crescente a evidência de que o vírus pode ser sexualmente transmissível. Em maio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou o guia interino de prevenção da transmissão sexual do vírus Zika” (Ministério da Saúde, 2016)[13]; entretanto as notícias mostram as mães sendo testadas.

---

[13] Disponível em: <http://combateaedes.saude.gov.br/pt/tira-duvidas>. Acessado em: 01/11/2016

Os homens infectados podem transmitir o Zika vírus para suas companheiras, portanto, também são uma causa indireta para uma eventual microcefalia na criança; mas eles não aparecem nas notícias sendo testados ou alertados. Assim como o descaso do governo com a saúde pública e a falta de fiscalização para prevenir focos de mosquitos contribuem para a proliferação da doença, mas também o poder público pouco foi questionado nesse mês de análise. Infere-se que os jornalistas não alertaram esses grupos, possivelmente, porque acharam necessário focar nas mães. Os profissionais da imprensa demonstram estar inseridos na ideologia patriarcal, que atribui às mães a responsabilidade primordial pela saúde da criança. Dessa forma, os jornalistas reafirmam e justificam valores seculares como de que o lugar da mulher é dentro de casa, no espaço privado, cuidando dos filhos e o lugar dos homens é no espaço público, debatendo questões pertinentes à sociedade.

Na categorização seguinte, “estatística”, também selecionou-se três trechos a fim de explicar esse tipo de classificação. A matéria publicada no dia 1º de fevereiro inclui o seguinte dado: “O Brasil é o país mais atingido pelo vírus, seguido pela Colômbia, que neste sábado anunciou mais de 20 mil casos, 2 mil deles em mulheres grávidas” (G1, 2016). Além dessa, a matéria publicada no dia 9 de fevereiro revela: “O número de pacientes infectados por zika vírus na Colômbia subiu 17,2% na última semana e chegou a 37.011 casos, incluindo 6.356 mulheres grávidas, informou neste sábado (20) o Instituto Nacional de Saúde” (G1, 2016). E o último trecho selecionado foi publicado na matéria do dia 21 de fevereiro:

> Os dados apresentam ainda que a idade média da mãe é de 23 anos, variando de 14 a 42 anos, e que mais de metade (60%) teve parto normal. O perímetro cefálico (PC) médio de 30 cm, variando de 22 a 33cm. 66% dos casos são de recém-nascidos do sexo feminino. (G1, 2016)

Os outros trechos que compuseram o total de 7 matérias enquadradas nessa categoria apresentaram pequenas variações em relação aos já reproduzidos. Observamos dessa forma que as mulheres nessa categoria são usadas como dados numéricos. É emblemático o fato da cobertura jornalística ter apresentado as mulheres mais como “dados numéricos” do que como “fontes de informação”. A categoria “estatística” englobou 7 das 29 matérias analisadas sendo que “fonte de informação”, como já dito, só teve ocorrência em uma das matérias.

Tanto na categoria “estatística” como em “objeto de estudo”, as mulheres são um corpo a ser analisado. Isso é característico de uma cultura moldada pelo masculino, como afirma Adrienne Rich (1995, p. 62): “Ao separar o homem como ‘conhecedor’ e a mulher como ‘objeto do conhecimento’, a cultura masculina dominante cria certas polaridades intelectuais que têm o poder de cegar nossa imaginação” (RICH, 1995, p.62). Em um pólo fica aquele que detém o conhecimento e no outro aquele que será analisado - ou seja, a imaginação se torna cega porque acredita que o conhecimento surge apenas a partir de um desses pólos. As mulheres, como aponta Simone de Beauvoir (1949), não são apreendidas como sujeito, elas são consideradas homens incompletos, ou um desvio do sujeito “homem” universal:

> “Para ele [homem], a fêmea é sexo, logo ela é absolutamente [o sexo]. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (BEAUVOIR, 1949, p. 20)

Por último, analisemos a categoria “orientações”, que foi considerada a mais impactante por se tratar de notícias que falam diretamente para a grávida em que usa palavras como “recomenda-se”, “orienta-se” e outras que indicam sugestões de procedimentos para as mulheres que esperam um bebê. Escolhemos três trechos que expõem o tipo de orientação dado às grávidas. Na matéria publicada no portal de notícias G1 no dia 1º de fevereiro uma parte referente à fala da presidente da Organização Mundial da Saúde diz o seguinte:

> A OMS não estabeleceu nenhuma recomendação oficial de restrição de viagens para mulheres grávidas.’Se elas puderem adiar a viagem de modo que isso não afete seus compromissos, é algo que elas podem considerar. Mas se precisarem viajar, podem se consultar com seus médicos e adotarem outras medidas de prevenção, como o uso de mangas longas, calças e repelentes de mosquitos, por exemplo’, disse Margaret Chan. (G1, 2016)

Em sequência, na mesma matéria, há mais um trecho dentro de “orientação”: “A Colômbia aconselhou as mulheres a adiarem a gravidez por seis a oito meses. Alertas similares foram feitos no Equador, El Salvador, Jamaica e Porto Rico” (G1, 2016). Na matéria publicada dia 3 de fevereiro inclui-se o seguinte alerta: “Caso de possível transmissão no Texas é o terceiro analisado pela Ciência; uso de preservativo é recomendado para grávidas” (G1, 2016). E na matéria do dia 6 de

fevereiro recomendou-se: “Para especialista da UFRJ, diante da dúvida, gestantes devem ter um cuidado redobrado para não se expor ao vírus, como não manipular objetos de pessoas infectadas e não beijá-las na boca” (G1, 2016).

Esses trechos selecionados exemplificam o que foi escrito nas 7 matérias enquadradas na categoria “orientação”. Com esses trechos pressupõe-se as seguintes recomendações para grávidas: não viajem, adiem a gravidez, use preservativo e não beije pessoas infectadas. Ora, não se leva em consideração a pluralidade das gestantes; as recomendações dadas supõem que todas elas têm a possibilidade de ficar em casa e não entrar em contato com o mundo externo. Além disso, porque é responsabilidade apenas da gestante de usar preservativo? Afinal, se seu companheiro ou companheira contrair o Zika vírus, há chances de ele transmitir para ela. Além disso, como uma gestante vai saber se uma pessoa está infectada ou não? Então, na dúvida, é melhor ela não entrar em contato com ninguém? Essas são algumas reflexões a partir da análise desses trechos.

Como já observado anteriormente, a cultura patriarcal criou um tipo de mãe ideal: a que não trabalha e, portanto, possui dedicação exclusiva aos filhos e a que não faz sexo e não se relaciona com outras pessoas, ou seja, a mãe que não se aventura para além da própria residência. A gravidez, portanto, é uma mistura de confinamento e liberdade como aponta Beauvoir (1949):

> Mas a gravidez é principalmente um drama que se desenrola na mulher entre si e si; ela sente-o a um tempo como um enriquecimento e uma mutilação; o feto é uma parte de seu corpo e um parasito que a explora; ela o possui e é por ele possuída; ele resume todo o futuro e, carregando-o, ela sente-se ampla como o mundo; mas essa própria riqueza a aniquila: tem a impressão de não ser mais nada. Uma existência nova vai manifestar-se e justificar sua própria existência; disso ela se orgulha, mas sente-se também o joguete de forças obscuras, é sacudida, violentada. (BEAUVOIR, 1949 p. 1085)

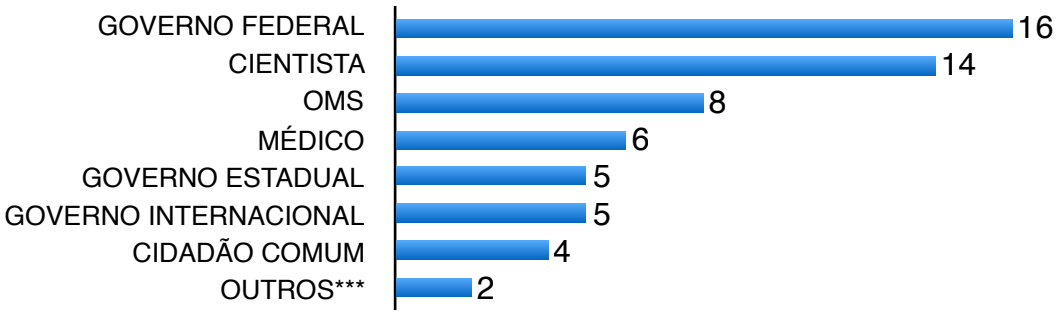
Além disso, a sociedade patriarcal justifica-se muito “na defesa dos direitos do embrião, mas se desinteressa da criança a partir do nascimento” (BEAUVOIR, 1949, p. 1058). Ou seja, pressiona-se a mulher, lhe atribui regras e limitações sob a justificativa de que se importa com o bebê quando, na verdade, a sociedade se importa mesmo é com o controle sobre os corpos das mulheres que carregam esses fetos.

3.3.2 Fontes utilizadas: hipótese 2

O fato da gestante ter sido acionada para falar apenas uma vez já suscita uma interpretação de que as grávidas não tiveram espaço para expressão, e isso leva a próxima questão: então quem foi fonte de informação?

A partir do conteúdo analisado, foi constatada a utilização de 9 diferentes categorias de fonte, a saber: Organização Mundial da Saúde (OMS), Governo Federal, Governo Estadual, Cientista, Médico, Governo Internacional, Cidadão Comum, Exército e Empresas Farmacêuticas. Todas as fontes encontradas nas matérias se encaixam em alguma dessas categorias. O gráfico a seguir mostra a quantidade de matérias que usaram cada uma dessas fontes.

Gráfico 1 - Quantidade de matérias* que utilizaram as seguintes fontes no mês de Fevereiro de 2016**



Fonte: Autoria própria
Notas:
*Uma mesma matéria pode utilizar mais de uma fonte
** 29 matérias foram analisadas e selecionadas de maneira aleatória dentro de um universo de 200 publicações
***Essa categoria engloba as fontes “Exército” e “Empresas Farmacêuticas”

Unindo as categorias governo estadual, federal e internacional, percebe-se que 21 matérias recorreram a fontes governamentais para a construção das notícias sobre Zika. Os cientistas também foram amplamente utilizados para falarem sobre pesquisas e descobertas sobre o vírus. Na matéria do dia 3 de fevereiro utiliza-se uma fonte científica:

> O risco de transmissão sexual do vírus da zika ainda não foi comprovado cientificamente, mas três casos de possível contágio intrigam cientistas e já

> **levaram médicos a recomendar que grávidas usem proteção** durante relações sexuais. (…) Em 2013, durante um surto de zika na Polinésia Francesa, **o vírus foi detectado no sêmen de um homem** de 44 anos. Ele havia apresentado sintomas típicos da infecção por zika: febre, dores de cabeça e nas articulações. (G1, 2016, grifo nosso)

Na publicação do dia 6 de fevereiro utiliza-se outra fonte científica:

> BBC Brasil - Mas diante da dúvida, é importante se prevenir, não?
>
> Migowski - Sim, diante da dúvida e tendo em vista que é uma doença grave para gestantes, **eu diria que as grávidas devem ter um cuidado redobrado para não se expor ao vírus**, não manipular objetos de pessoas infectadas, por exemplo, não beijá-las na boca. Neste momento é o mais prudente. (G1, 2016, grifo nosso)

O que esses trechos têm em comum? Ambos conferem à grávida a responsabilidade para prevenção do vírus. No primeiro, mesmo informando a existência do Zika vírus no sêmen de um homem, os médicos fazem o alerta direcionado para as grávidas, para que elas não contraiam Zika e, como consequência, não tenham um bebê com microcefalia. Ou seja, a grávida tem que cuidar para que não prejudique o bebê e para que seu parceiro também não o prejudique. Por que isso acontece? Por que o parceiro não tem igual responsabilidade sobre a saúde da criança?

No segundo trecho essa ideia é reforçada ao dizer que “as grávidas devem ter um cuidado redobrado”. Isso quer dizer, um cuidado maior do que qualquer outra pessoa que conviva junto com ela. Ora, se a pessoa também pode passar o Zika vírus para a gestante, porque a própria pessoa infectada também não é alertada para tomar cuidado? Fica implícita a ideia de que sempre será a mãe a responsável por qualquer coisa que acometa a sua gestação e seu bebê.

Já o governo, mais do que ser questionado sobre ações de prevenção, apareceu, majoritariamente, para informar dados de infectados e mortes como demonstra o trecho destacado da matéria do dia 9 de fevereiro:

> Em relação à zika, os boletins epidemiológicos mostraram que, entre novembro de 2015 e 27 de janeiro deste ano, o Acre registrou 100 notificações da doença. Segundo a Sesacre, três casos dizem respeito a recém-nascidos com microcefalia, porém sem sintomas nas mães. (G1, 2016)

O governo também apareceu para aconselhar as grávidas, como visto na matéria do dia 11 de fevereiro:

> O Ministério da Saúde orienta algumas medidas para mulheres grávidas ou com possibilidade de engravidar tendo em vista a ocorrência de casos de microcefalia relacionados ao vírus da zika. Uma delas é a proteção contra picadas de insetos: evitar horários e lugares com presença de mosquitos, usar roupas que protejam a maior parte do corpo, usar repelentes e permanecer em locais com barreiras para entrada de insetos como telas de proteção ou mosquiteiros. (G1, 2016)

Nos trechos cujas fontes foram o governo, as grávidas sempre foram destaque mas sem voz, seja nas estatísticas ou nas recomendações sobre prevenção. Não se encontrou em nenhum deles orientações para as pessoas que têm contato direto com as grávidas, como familiares e marido. Nas matérias, eram as gestantes que tinham que se isolar, passar repelente e evitar contato com outras pessoas possivelmente infectadas.

Como já foi observado, as mães foram mencionadas em 20 matérias, ou seja, foram personagens fundamentais ao se debater Zika. Já se constatou também que a grávida só teve voz em uma das matérias, então entende-se a partir desse gráfico que quem falava pelas grávidas ou das grávidas foram, em grande parte, instituições governamentais e científicas.

Para o pesquisador Aldo Schmitz (2014) “os jornalistas recorrem às fontes conforme as suas necessidades de produção e a posição delas na sociedade, considerando a proximidade social e geográfica” (SCHMITZ, 2014, p. 3). Schmitz (2014, p. 4) reforça que essas fontes são procuradas conforme o ângulo pretendido para a matéria. Assim, o profissional inserido na cultura patriarcal e também submetido a uma rotina de produção, acabará por reproduzir narrativas engessadas e pouco inovadoras. Como afirma Timothy Cook (2011), o profissional dependente de uma rotina pressionada pelos prazos de entrega, produzirá matérias repetitivas que não auxiliam o leitor na problematização dos fatos.

Sob o ângulo feminista, a pesquisadora Joana Maria Pedro (2005), em análise sobre o uso de fontes mulheres nas narrativas históricas, lembra que a história da humanidade foi moldada por uma antiga forma de escrever, que “dava destaque a personagens em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado de governos e/ou guerras” (PEDRO, 2005, p. 83). Dessa forma, não

havia lugar para registrar questões relativas às mulheres. Da mesma maneira é na matéria jornalística, se apenas fontes oficiais são ouvidas sobre o Zika vírus e suas consequências, como saber qual é a demanda da população que é diretamente afetada pelo vírus e, frequentemente, acionada pelas matérias?

A pesquisadora também aponta que nessa forma de escrita, baseada apenas em fontes oficiais, “não pode haver lugar para a categoria ‘gênero’, mas apenas para a categoria ‘mulher’, pensada sob o aspecto de categoria universal” (PEDRO, 2005, p. 84). Ou seja, se coloca os diversos tipos de mulheres numa mesma categoria - carregada de estereótipos e discursos presentes no senso comum que definem o que é ser uma mulher, demonizando aquelas que não se encaixam e exaltando aquelas que entram nos padrões.

Observou-se que, além das mulheres, o próprio cidadão comum só apareceu em 4 matérias. Como na escrita da história, não há lugar no discurso jornalístico para quem não ocupa cargos, ou não possui um discurso científico sobre o assunto. No conjunto de matérias analisadas, as mulheres só foram acionadas quando ocupavam um cargo de cientista ou à frente de uma instituição. Isso, pelo menos, já é um pequeno avanço pois antes mulheres nem poderiam ocupar tais cargos.

3.3.3 Atualização das matérias: hipótese 3

Algo específico ao jornalismo após a internet, como já dito anteriormente, é a possibilidade que o profissional tem de atualizar uma mesma matéria conforme novos fatos surgem - sem a necessidade de se publicar outras. Acontece que essa possibilidade de atualização tem sido habitualmente empregada como ferramenta para “furar” a concorrência e, assim, publicar uma notícia antes de todos independente de estar com todas as informações apuradas ou não.

Em entrevista para a elaboração deste estudo, o repórter do portal de notícias G1, Fulano de Tal[14], explicou como funciona a ferramenta de “atualização” dentro da redação. De acordo com o repórter, um fator que leva à atualização é a intenção de “furar” a concorrência, ou seja, a matéria é publicada com informações básicas (o lead) para depois ser atualizada ou complementada. Assim, os repórteres

[14] A identidade do repórter foi preservada para evitar complicações profissionais.

publicam o lead na tentativa de se antecipar a outros jornais que, por vezes, até pertencem ao mesmo grupo de comunicação, como explica Fulano: “Por isso a preocupação de publicar primeiro. […] Se a CBN der antes que a gente, é a CBN que entra na globo.com, e não nossa versão. O que é ruim pra gente que depende de cliques” (TAL, 2016)[15].

Outro fator que leva à “atualização” é a prática de publicação durante coletivas de imprensa, ou seja, no G1 quando um repórter está numa coletiva ele já repassa as informações para o editor conforme as mensagens vão sendo comunicadas na coletiva e, assim, elas são publicadas “secas” para depois serem melhoradas por meio da atualização. O repórter explica: “A matéria vai ao ar com as informações durante a coletiva. Mas depois ainda tem as perguntas, ainda tem o quebra-queixo. E de lá podem sair aspas novas, outros detalhes. E por isso atualizamos de novo” (TAL, 2016).

Por fim, de acordo com o repórter, a atualização também ocorre quando se adicionam fotos, vídeos ou qualquer outro tipo de alteração na matéria - como por exemplo quando um editor relê a matéria do repórter e decide modificá-la ou quando há algum erro de ortografia ou sentido. Ou seja, a atualização sempre ocorre para deixar a matéria mais clara e dessa forma subentende-se que a forma como a matéria ficou disposta antes de uma atualização não foi satisfatória.

Assim, analisar a frequência bem como a média em que essas atualizações ocorreram funciona para testar a hipótese de que houve algum ruído na comunicação e isso foi um dos fatores que levaram as mães a demonstrarem conhecimentos contraditórios sobre o Zika, além de sentirem medo por não terem certeza do que se trata. Compreende-se que a “atualização” leva a ruídos pois não é possível garantir que a pessoa que teve acesso a matéria “incompleta” depois acesse a mesma matéria atualizada, até mesmo porque a matéria não volta a ganhar destaque no site.

Como demonstra a tabela do apêndice B, tomou-se nota da data de publicação e da data de atualização de cada matéria analisada. Essas informações ficam disponíveis para o leitor na própria página, por isso foi possível mensurar tais dados. Verificou-se que, das 29 matérias analisadas, 10 não sofreram atualização.

---

[15] A entrevista completa está como apêndice no fim deste estudo.

Dentre as 19 matérias que sofreram atualização, o tempo médio entre a data que foi publicada e a data que foi atualizada foi de 20 horas e 10 minutos. A atualização mais tardia levou 13 dias, 20 horas e 24 minutos, já a atualização mais rápida levou 2 minutos. Dessa forma, observa-se que a maioria das matérias analisadas sofreram atualizações que variaram entre dias e minutos.

O ritmo de produção da internet não é o mesmo ritmo de consumo do usuário "uma vez que a navegação na web é realizada, na maioria dos casos, simultaneamente a outra atividade de estudo, trabalho ou entretenimento" (FERREIRA; FILHO, 2012, p. 8). Ou seja, não é possível que o leitor acompanhe toda a atualização que ocorre, não há como garantir que ele irá acessar todas as variáveis e atualizações daquela informação

Assim, cabe questionar até que ponto o jornalismo online se torna refém da atualização? Isso realmente atrai o público? Para os pesquisadores Mayra Ferreira e Francisco Filho (2012) o público não é atraído pelo volume informativo e sim por notícias bem construídas. Portanto, usar o recurso da atualização sem se preocupar com a qualidade da informação publicada pode afastar o leitor. A recorrente atualização nas matérias do G1 leva a reflexão de que vários leitores se depararam com matérias incompletas.

Como pontuam Dias e Freire (2012, p. 1), as rotinas de produção têm prejudicado a reflexão do profissional de imprensa sobre o serviço que presta à sociedade. As pesquisadoras enquadram na rotina jornalística fatores como o "dead-line, a pressão das chefias e a sistemática cobrança para que se efetive o furo jornalístico" (DIAS; FREIRE, 2012, p. 2). Para elas, todas essas características influem diretamente na qualidade do produto jornalístico. Assim, Dias e Freire (2012, p. 3) observam a necessidade de "um trabalho de vigilância" constante por parte dos profissionais de comunicação, para que não se apeguem às suas rotinas e para que reflitam constantemente sobre as notícias que estão produzindo e sobre como o público está sendo informado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou avaliar como a maternidade foi caracterizada pela cobertura jornalística do vírus Zika feita pelo portal de notícias G1. Observou-se, por meio de indicadores, quais aspectos foram atribuídos às mães, quais fontes de informação foram utilizadas e com que frequência uma mesma matéria online foi alterada (atualizada) para deixar a informação mais clara para os leitores. O objetivo da análise foi responder ao problema de pesquisa: de que maneira o portal de notícias mais acessado retratou a maternidade ao informar sobre o vírus Zika e suas consequências?

Por meio da revisão teórica, no capítulo Jornalismo e Sociedade, compreendeu-se que as notícias jornalísticas, apesar de seguirem normas deontológicas, são recortes da realidade. Ou seja, reproduzem partes de um acontecimento e não ele por completo. Isso porque devido a rotina de produção e a própria seleção de fontes, o acontecimento ganha um enfoque específico, sendo possível existir diferentes olhares sobre um mesmo fato. Além disso, os próprios produtores da informação inserem-se numa lógica de reprodução do discurso do senso comum, ou seja, os valores sócio-culturais de um profissional transparecem numa matéria. Isso não quer dizer que a notícia seja inverídica, os valores sócio culturais podem transparecer de diversas formas, seja pela escolha de uma palavra ou pela escolha de uma fonte de informação a ser ouvida para a produção da notícia. Aprendeu-se que as inclusões ou exclusões de fatos de um determinado acontecimento acabam por legitimar ou enfatizar alguma ideologia hegemônica da sociedade.

Discutiu-se nesse mesmo capítulo as características peculiares ao meio online de notícias. Evidenciou-se a possibilidade de edição de uma mesma matéria jornalística quando essa se mostra insatisfatória para o produtor da notícia, o problema é que não se controla qual público teve acesso à primeira versão incompleta e qual público teve acesso a versão atualizada e otimizada.

Através do segundo capítulo, Mulheres e Sociedade, observou-se que vivemos num contexto social denominado patriarcado, instituição que divide os tipos humanos em masculino e feminino; em que o masculino tem o papel de frequentar a esfera pública, ou seja, tem a função de participar do espaço político de decisão da sociedade enquanto o feminino tem a função de ser mãe, esposa, e permanecer no espaço privado. Por meio das lutas feministas, as mulheres buscam há décadas equidade entre os tipos humanos, que são muito mais do que dois (feminino e masculino). Nesse mesmo capítulo colocou-se a maternidade em perspectiva, no sentido de questionar por que essa função é dita como algo inerente às mulheres. Lembra-se que a maternidade foi utilizada como argumento para a exclusão da mulher de diversos espaços sociais; elas foram impedidas de votar e de exercer determinadas profissões por anos, sob a justificativa de que isso iria contra a ordem "natural" das coisas. Entretanto, várias teóricas reafirmam que a submissão da mulher é algo socialmente construído e não biologicamente justificável.

As 29 matérias analisadas deixaram transparecer, por meio da escolha de fontes e dos enfoques dados à cobertura do vírus, que os profissionais da imprensa estão inseridos numa sociedade de valores patriarcais. Ou seja, ao abordar o assunto vírus Zika, eles optaram por focar nos cuidados que a mãe deve ter para evitar que seu filho nasça com microcefalia, "esqueceram" de mencionar que os pais também têm grande influência numa possível infecção no filho, visto que o vírus é transmitido sexualmente. Além disso, responsabilizaram as mães mas não deram espaço para elas se expressarem. Isso foi observado ao analisar que, de todas as fontes de informação utilizadas, apenas uma era gestante.

As gestantes, apesar de serem apontadas como personagens principais nas histórias, não foram acionadas para falar. As fontes utilizadas, majoritariamente, foram governos e cientistas. A imprensa, ao tomar a decisão de só falar com essas fontes, legitima e enfatiza seus discursos, normalmente, patriarcais. As grávidas apareceram nas notícias para serem aconselhadas, investigadas biologicamente ou se tornarem números estatísticos. Assim, a maternidade retratada nas matérias foi embasada em uma série de suposições pertencentes a cultura patriarcal. Foi ilustrada uma maternidade irreal, empregou-se conselhos a um tipo de mãe ideal criado pelo patriarcado e se excluiu a diversidade das mulheres. Há as mães que criam seus filhos sozinhas e saem para trabalhar, há aquelas em situação de rua, há

as mães abastadas financeiramente, há as mães lésbicas; ou seja, uma diversidade de mulheres existente a partir da classe, etnia e sexualidade de cada uma.

Essas reflexões ajudam a compreende por que as grávidas falaram tanto sobre “medo” e “culpa” quando questionadas sobre a relação delas com as notícias sobre o vírus Zika. Seus sentimentos, suas realidades diversas, não foram representadas nessas matérias, o que foi representado foi um ideal de mulher-mãe. Esse ideal atormenta e marginaliza aquelas que não pertencem a esse padrão, ou seja, a maioria das mulheres.

Numa análise da utilização da plataforma online pelos jornalistas percebeu-se que o recurso da “atualização” foi usado excessivamente, já que 19 das 29 matérias foram atualizadas. A média entre o horário de publicação e de atualização foi de 20 horas e 10 minutos, ou seja, os leitores se depararam com matérias que só foram “completadas”, em média, 20 horas depois da publicação inicial. O cuidado com a apuração parece ser deixado de lado quando um meio (internet) exige que a notícia seja instantânea, imediata ao acontecimento. Assim, além das matérias estarem inseridas numa rotina que leva os jornalistas a reproduzirem o senso comum e discursos engessados devido a falta de tempo, elas foram frequentemente alteradas ocasionando um ruído na comunicação com esses leitores.

As matérias do G1 do mês de fevereiro, basicamente, dificultaram a problematização do tema pelo leitor comum, aquele que lê a matéria e acredita que as informações ali dispostas esgotaram as possibilidades de diferentes construções. O profissional da imprensa ou o estudioso da comunicação, por conhecerem as teorias e estudarem o assunto, conseguem compreender as diferentes forças sociais que influem na construção de uma matéria. Já o leitor comum, fora do ambiente acadêmico, não é inspirado a problematizar as informações que recebe, ele supõe, em geral, que elas seguem um padrão ético, que não os induziria ao erro.

O corpus analisado nesta pesquisa demonstrou que a cobertura jornalística enfatizou discursos patriarcais sobre a maternidade. Legitimou por meio da fala de cientistas que é a mulher a única quem deve cuidar para que seu filho não tenha microcefalia. As entrelinhas expuseram que a mulher não tem vez nem quando o assunto tange seu próprio corpo; as matérias deram a entender que

apenas outras pessoas têm o conhecimento sobre a maternidade e não as próprias mães.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Raquel; ARAUJO, Inesita Soares. **A mídia em meio às 'emergências' do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde.** Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v.1, n.10, p. 1-15, 2016.

ALEXA INTERNET INC. **Globo.com Traffic Statistics.** 2016. Disponível em: <http://www.alexa.com/siteinfo/globo.com>. Acesso em: 1 out. 2016.

BAILLARGEON, Denyse. No calor do debate: maternidade em perspectiva. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.) **Feminismos: teorias e perspectivas.** Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, 2000, v. 8, n. 1/2, p. 139-156.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BÔA VENTURA, Italo; TEIXEIRA, Roberto. **Surgimento do jornalismo online no contexto da Indústria Cultural Midiática.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dengue, Chikungunya e Zika:** Tira dúvidas. 2016. Disponível em: <http://combateaedes.saude.gov.br/pt/tira-duvidas>. Acesso em: 1 nov. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde divulga primeiro balanço com casos de Zika no país.** 2016. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/23384-saude-divulga-primeiro-balanco-com-casos-de-zika-no-pais>. Acesso em: 1 nov. 2016.

CANAVILHAS, João. **Hipertexto e recepção de notícias online.** In: BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã. Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-hipertexto-e-recepcao-noticias-online.pdf>. Acesso em 01 de nov. 2016.

CARDOSO, Gustavo. **Os Media na Sociedade em Rede:** Media e Cidadania na Sociedade em Rede. 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/25034243/Os_Media_na_Sociedade_em_Rede_Gustavo_Cardoso_draft_Capítulo_8_Media_e_Cidadania_na_Sociedade_em_Rede>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARVALHO, Gyl Dayanna; NASCIMENTO, Bruno Ribeiro. **Jornalismo 2.0: Agendamento e Espiral do Silêncio em Tempos de Novas Mídias.** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 14., 2012, Recife. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering.** Psychoanalysis and the sociology of gender. Berkeley: University of California Press, 1978.

COOK, Timothy E. **O jornalismo político.** Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 6, p. 203-247, 2011.

DIAS, Luciene; FREIRE, Ralynara. **Migração do Real: Uma experiência de subordinação à rotina produtiva e aos critérios de noticiabilidade.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA CENTRO-OESTE, 14., 2012, Campo Grande. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura: discurso e história.** O eixo e a roda: revista de literatura brasileira, Belo Horizonte, v. 9/10, p. 195-219, 2004.

ESSENFELDER, Renato. **O Editor de Jornal na Era da Internet: De Gatekeeper a Curador.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

ESSENFELDER, Renato. **O editor e seus labirintos: reflexos da crise de paradigmas do jornal impresso.** Diss. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012.

FERREIRA, Mayra Fernanda; FILHO, Francisco Machado. **Contrastes, conflitos e adaptações do jornalismo online e offline.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 17., 2012, Ouro Preto. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

FIALHO, F.M. **Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7., 28- 30 de ago. 2006.. Anais..., Florianópolis: UFSC, 2006.

GLOBO.COM (Brasil). G1. **Anuncie na globo.com.** 2016. Disponível em: <http://anuncie.globo.com/redeglobo/sites/noticias/g1/home.html>. Acesso em: 1 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014 / IBGE.** Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO (Brasil). **90% das grávidas querem testes para saber se tiveram zika e 70% demandam maior acesso a ultrassons.** 2016.

Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/direitos-sexuais-e-reprodutivos/90-das-gravidas-querem-testes-para-saber-se-tiveram-zika-e-70-demandam-maior-acesso-ultrassons/>. Acesso em: 1 set. 2016.

JODELET, D. **As representações sociais: um domínio em expansão.** Em: Jodelet D, org. As representações sociais. Rio de Janeiro: Editora EdUERJ; 2001. pp. 17 - 44.

LEFÈVRE A.M.C.; LEFÈVRE, F.; MARQUES, M. C. C. **Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização.** Ciênc. saúde coletiva 2009, 14(4) 1193-1204.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar E. **Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos.** In: Movimento – Escola de Educação Física. Porto Alegre: A/Z Movimento. v. 9, n.3, p. 33-58, set/dez. 2003.

O GLOBO (Brasil). **OMS declara zika como emergência mundial.** 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/oms-declara-zika-como-emergencia-mundial-18583356>. Acesso em: 1 nov. 2016.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História 2005; 24 (1): 77- 98.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História.** In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.). Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp.: 21-42.

RANGEL, Monique Benati. **Profissionalização Jornalística: Identidade, Anonimato e Autoridade.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

REBOUÇAS, Edgard; VELOSO, Ana Maria da Conceição. **Ideologia, mídia e mulher: o feminismo brasileiro, seus slogans, políticas e estratégias junto aos meios de comunicação.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born.** Motherhood as experience and institution. New York: W. W. Norton & Company, 1986.

RUBLESCKI, Anelise. **Jornalismo pós-moderno:** uma discussão dos valores míticos na sociedade hiper-espetacular. In: BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo:** diálogo com as ciências sociais. Cad. Pagu, [s.l.], n. 16, p.137-150, 2001.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC) [journal on line], Covilhã/Portugal, 2014. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SONTAG, S. (2003). **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras.

STEVENS, Cristina. Maternidade e feminismo: diálogos na literatura contemporânea. In: STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinaes.** Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: SWAIN, Tânia Navarro (org*)*. **Feminismos: teorias e perspectivas.** Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, 2000, v. 8, n. 1/2, p.47-84.

TAL, Fulano de. Entrevista concedida a Maria Paula A. Rezende Lima. Brasília, 30 out. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "C" desta monografia]

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 2. ed. Santa Catarina: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

APÊNDICE A - Menção às grávidas nas matérias do G1 de fevereiro de 2016

Datas / Categorias	ORIENTAÇÕES	ESTATÍSTICA	OBJETO DE PESQUISA	FONTE DE INFORMAÇÃO
01/02/2016	A OMS não estabeleceu nenhuma recomendação oficial de restrição de viagens para mulheres **grávidas**."Se elas puderem adiar a viagem de modo que isso não afete seus compromissos, é algo que elas podem considerar. Mas se precisarem viajar, podem se consultar com seus médicos e adotarem outras medidas de prevenção, como o uso de mangas longas, calças e repelentes de mosquitos, por exemplo", disse Margaret Chan. (OMS) A Colômbia aconselhou as mulheres a adiarem a **gravidez** por seis a oito meses. Alertas similares foram feitos no Equador, El Salvador, Jamaica e Porto Rico.	O Brasil é o país mais atingido pelo vírus, seguido pela Colômbia, que neste sábado anunciou mais de 20 mil casos, 2 mil deles em mulheres **grávidas**.	X	X
02/02/2016	X	X	X	X
03/02/2016	Caso de possível transmissão no Texas é o terceiro analisado pela Ciência; uso de preservativo é recomendado para **grávidas**. O risco de transmissão sexual do vírus da zika ainda não foi comprovado cientificamente, mas três casos de possível contágio intrigam cientistas e já levaram médicos a recomendar que **grávidas** usem proteção durante relações sexuais.	X	X	X
04/02/2016	X	X	X	X
05/02/2016	A vacina contra a rubéola é contraindicada para **grávidas**, e em nenhum caso registrado de microcefalia no Brasil gestantes relataram ter recebido o imunizante.	X	X	X
06/02/2016	Para especialista da UFRJ, diante da dúvida, **gestantes** devem ter um cuidado redobrado para não se expor ao vírus, como não manipular objetos de pessoas infectadas e não beijá-las na boca. Migowski - Sim, diante da dúvida e tendo em vista que é uma doença grave para **gestantes**, eu diria que as **grávidas** devem ter um cuidado redobrado para não se expor ao vírus, não manipular objetos de pessoas infectadas, por exemplo, não beijá-las na boca. Neste momento é o mais prudente.	X	X	X
07/02/2016	X	Os sintomas do zika são similares aos de uma gripe leve, apesar de as autoridades médicas do Brasil estudarem sua relação com um anormal aumento dos casos de microcefalia em bebês nascidos de mulheres que contraíram a doença durante a **gravidez**.	X	X

Datas / Categorias	ORIENTAÇÕES	ESTATÍSTICA	OBJETO DE PESQUISA	FONTE DE INFORMAÇÃO
08/02/2016	X	X	Eles pretendem estudar a evolução do vírus, combater o mosquito, desenvolver uma vacina, fazer o mapeamento genético e ver como ele afeta a **gestação** e a formação dos bebês.	X
09/02/2016	O problema é que, apesar da pouca mortalidade, se a pessoa contrair durante o período que está **grávida** pode dar problemas na criança.	Em relação à zika, os boletins epidemiológicos mostraram que, entre novembro de 2015 e 27 de janeiro deste ano, o Acre registrou 100 notificações da doença. Segundo a Sesacre, três casos dizem respeito a recém-nascidos com microcefalia, porém sem sintomas nas **mães**.	X	X
10/02/2016	X	X	Pesquisadores anunciaram nesta quarta-feira (10) a descoberta de novas evidências que reforçam a associação entre o vírus da zika e casos de má-formação cerebral, citando a presença do vírus no cérebro de um feto abortado de uma mulher europeia que ficou **grávida** enquanto morava no Brasil.	X
11/02/2016	O Ministério da Saúde orienta algumas medidas para mulheres **grávidas** ou com possibilidade de engravidar tendo em vista a ocorrência de casos de microcefalia relacionados ao vírus da zika. Uma delas é a proteção contra picadas de insetos: evitar horários e lugares com presença de mosquitos, usar roupas que protejam a maior parte do corpo, usar repelentes e permanecer em locais com barreiras para entrada de insetos como telas de proteção ou mosquiteiros. É importante informar o médico sobre qualquer alteração em seu estado de saúde, principalmente no período até o quarto mês de gestação. Um bom acompanhamento pré natal é essencial e também pode ajudar a diminuir o risco de microcefalia.	X	X	X
12/02/2016	X	X	X	X
13/02/2016	X	X	X	X
14/02/2016	X	X	X	A mulher de Medina, Karen, está **grávida** de três meses e teve zika. Os sintomas foram leves, mas as consequências ainda são desconhecidas. "Meu medo é que nas notícias (sobre a doença) eles falam que o bebê pode ficar deformado. Estou muito assustada e rezo para que nada de mal aconteça com ele", disse.
15/02/2016	X	X	Santo Antônio do Descoberto foi a primeira em Goiás a ter um caso confirmado para zika. A vítima é uma jovem, de 22 anos, que está **grávida**. A gestação é acompanhada pela Secretaria Estadual de Saúde.	X

Datas / Categorias	ORIENTAÇÕES	ESTATÍSTICA	OBJETO DE PESQUISA	FONTE DE INFORMAÇÃO
16/02/2016	X	X	Segundo o ministério, os técnicos vão coletar informações com **mulheres que tiveram filhos** recentemente na região, com e sem microcefalia.	X
17/02/2016	X	X	X	X
18/02/2016	X	X	O material foi retirado de duas mulheres da Paraíba **grávidas** de bebês diagnosticados com microcefalia.	X
19/02/2016	X	X	X	X
20/02/2016	X	O número de pacientes infectados por zika vírus na Colômbia subiu 17,2% na última semana e chegou a 37.011 casos, incluindo 6.356 mulheres **grávidas**, informou neste sábado (20) o Instituto Nacional de Saúde.	X	X
21/02/2016	X	Os dados apresentam ainda que a idade média da **mãe** é de 23 anos, variando de 14 a 42 anos, e que mais de metade (60%) teve parto normal. O perímetro cefálico (PC) médio de 30 cm, variando de 22 a 33cm. 66% dos casos são de recém-nascidos do sexo feminino.	X	X
22/02/2016	X	X	X	X
23/02/2016	De toda forma, em se tratando do zika, continua valendo a regra de que a infecção só é mais preocupante entre as **grávidas**, por conta do risco de más-formações nos fetos.	X	Os especialistas querem não apenas determinar os problemas no nascimento, mas tentar também determinar se bebês nascidos aparentemente saudáveis - de **mães** que tiveram zika em estágios mais avançados da gestação - podem vir a apresentar algum problema no futuro.	X
24/02/2016		Dessas 4.152 notificações de **grávidas** com manchas vermelhas, 164 tiveram a confirmação de vírus da zika, mas ainda não há confirmação se os fetos apresentam microcefalia.	Todas as **gestantes** serão monitoradas até o final da gestação.	X
25/02/2016	X	X	"O que eu sinto das **mães** é que, além de ter um bebê especial, há uma situação de todo dia ver alguém falando do assunto no jornal, na televisão. Elas ficam muito fragilizadas", diz Vanessa. Ela conta que a situação tem provocado pânico nas famílias, que estão com medo de engravidar no momento. Só na AACD, onde a neuropediatra atua, cerca de 80 bebês com microcefalia estão sendo acompanhados.	X
			Ao investigar as **mães** dos bebês com microcefalia, Vanessa Van Der Linden percebeu que cerca de 70% tinha uma história de rash cutâneo (manchas na pele) no início da gestação, o que, na ocasião, tinha sido visto como sintoma de dengue.	

Datas / Categorias	ORIENTAÇÕES	ESTATÍSTICA	OBJETO DE PESQUISA	FONTE DE INFORMAÇÃO
26/02/2016	X	X	Um bebê da Bahia morreu, ainda na barriga da **mãe**. A mãe não sentiu os sintomas da zika, mas no feto os médicos encontraram o vírus no cérebro e na medula.	X
27/02/2016	X	A Colômbia reportou 42.706 casos de pessoas infectadas pelo vírus zika, sendo que 7.653 deles em mulheres **grávidas**, informou o Instituto Nacional de Saúde.	X	X
28/02/2016	X	X	X	X
29/02/2016	X	X	X	X

APÊNDICE B - Diferença entre publicação e atualização das matérias

Data das matérias	Horário de Publicação	Horário de Atualização	Diferença
01/02/2016	01/02/2016 16:25	01/02/2016 21:06	4h 41m
02/02/2016	02/02/2016 22:08	02/02/2016 22:08	0ms
03/02/2016	03/02/2016 08:08	03/02/2016 14:37	6h 29m
04/02/2016	04/02/2016 14:09	04/02/2016 14:46	37m
05/02/2016	05/02/2016 19:58	19/02/2016 16:22	13d 20h 24m
06/02/2016	06/02/2016 19:19	06/02/2016 19:19	0ms
07/02/2016	07/02/2016 14:01	07/02/2016 14:04	3m
08/02/2016	08/02/2016 19:15	08/02/2016 20:20	1h 5m
09/02/2016	09/02/2016 15:24	09/02/2016 15:24	0ms
10/02/2016	10/02/2016 22:19	10/02/2016 22:21	2m
11/02/2016	11/02/2016 08:33	11/02/2016 12:37	4h 4m
12/02/2016	12/02/2016 03:02	12/02/2016 03:12	10m
13/02/2016	13/02/2016 19:31	14/02/2016 12:08	16h 37m
14/02/2016	14/02/2016 16:56	14/02/2016 16:58	2m
15/02/2016	15/02/2016 12:37	15/02/2016 12:52	15m
16/02/2016	16/02/2016 13:05	16/02/2016 13:05	0ms
17/02/2016	17/02/2016 17:10	17/02/2016 17:24	14m
18/02/2016	18/02/2016 20:47	18/02/2016 22:19	1h 32m
19/02/2016	19/02/2016 12:39	19/02/2016 13:03	24m
20/02/2016	20/02/2016 13:05	20/02/2016 13:05	0ms
21/02/2016	21/02/2016 17:32	21/02/2016 17:32	0ms
22/02/2016	22/02/2016 18:14	22/02/2016 18:14	0ms
23/02/2016	23/02/2016 16:16	23/02/2016 16:16	0ms
24/02/2016	24/02/2016 18:33	25/02/2016 07:55	13h 22m
25/02/2016	25/02/2016 7:00	25/02/2016 07:00	0ms
26/02/2016	26/02/2016 13:46	26/02/2016 14:28	42m
27/02/2016	27/02/2016 12:34	27/02/2016 12:34	0ms
28/02/2016	28/02/2016 04:26	28/02/2016 04:30	4m
29/02/2016	29/02/2016 20:30	29/02/2016 21:06	36m

APÊNDICE C - Entrevista com o repórter do portal de notícias G1

Maria Paula (entrevistadora): Minha monografia é uma análise de conteúdo do G1 envolvendo a problemática de maternidade e Zika. Um dos pontos que eu abordo é a questão da possibilidade de "atualização" da notícia na internet. Para quê os repórteres do G1 usam a atualização? É para já dar uma notícia importante e depois complementar com outras informações? Como funciona? Tem alguma regra específica no manual?

Fulano[16] (entrevistado): Então, basicamente, primeiro, o lance de publicar o lide e depois ir complementando é o mais importante. O jornalismo web tem o lance de cravar horário. Mas, na prática, uma matéria do G1 publicada antes do Globo entra primeiro na globo.com, que responde por grande parte da nossa audiência. Então por isso a preocupação de publicar primeiro. Segundo, a maioria das coletivas eram na hora do G1 em 1 minuto, por volta das 10 horas da manhã. Então eu tinha que soltar a matéria com as informações que já tinha, meio seco, e depois complementava. Ou seja, antes do quebra-queixo, já tinha matéria no ar.

Maria Paula: Essa pressa para soltar a matéria é para garantir a leitura do público?

Fulano: Sim e não. É pra garantir que nossa matéria seja bem chamada. Como o assunto é relevante, tem que dar logo, e sem levar furo dos colegas. Se a CBN der antes que a gente, é a CBN que entra na globo.com, e não nossa versão. O que é ruim pra gente que depende de cliques.

Maria Paula: Basicamente se lança logo a informação para que os colegas não furem e, assim, o público tem acesso primeiro a vocês, certo?

Fulano: Que nem eu disse, a matéria vai ao ar com as informações durante a coletiva, mas depois ainda tem as perguntas, ainda tem o quebra-queixo. De lá podem sair aspas novas, outros detalhes. E por isso atualizamos de novo. Ou seja: novos detalhes implicam atualização. Outra coisa importante: a estética. Quando a gente publica, inicialmente, a página é feia demais, se você perceber ela vai sem

[16] A identidade do repórter foi preservada para que não existam complicações profissionais.

foto até, ou com foto do repórter, de baixa qualidade, sem o “saiba mais”. Aí a gente vai “engordando o texto”, coloca vídeo do bem estar, se a matéria é sobre Zika, nas outras atualizações a gente coloca um “entenda o caso”, insere um infográfico. Algo que não teria na primeira versão. E, finalmente: atualizações também ocorrem pra consertar erros ou de informação ou de grafia mesmo. Acontece também de fazer ajustes pra deixar o texto mais claro etc. como o pessoal da chefia lê o texto, acaba fazendo sugestões que o repórter e o editor não teriam visto.

APÊNDICE D - Lista com links para as matérias analisadas

Data das matérias	Título	Link	Data de acesso
01/02/2016	Microcefalia e zika são emergência de saúde internacional, declara OMS	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-e-emergencia-de-saude-publica-internacional-declara-oms.html	22 agosto, 2016
02/02/2016	SC tem 15 casos confirmados de dengue e 5 de zika vírus, diz Dive	http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/02/sc-tem-15-casos-confirmados-de-dengue-e-5-de-zika-virus-diz-dive.html	26 setembro, 2016
03/02/2016	Zika pode ser transmitido pelo sexo? Os três casos que intrigam cientistas	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-pode-ser-transmitido-pelo-sexo-os-tres-casos-que-intrigam-cientistas.html	22 agosto, 2016
04/02/2016	Colombianos encontram zika, dengue e chikungunya em um único paciente	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/colombianos-encontram-zika-dengue-e-chikungunya-em-um-unico-paciente.html	5 setembro, 2016
05/02/2016	Zika e microcefalia: quais rumores são verdade e quais são mito?	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/rumores-sobre-o-zika-quais-sao-verdade-e-quais-sao-mito.html	22 agosto, 2016
06/02/2016	Transmissão de zika por beijo não está comprovada, diz infectologista	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/transmissao-de-zika-por-beijo-nao-esta-comprovada-diz-infectologista.html	14 setembro, 2016
07/02/2016	Argentina registra caso de zika em mulher que viajou ao Brasil	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/argentina-registra-caso-de-zika-em-mulher-que-viajou-ao-brasil.html	26 setembro, 2016
08/02/2016	Unicamp começa a realizar testes rápidos que detectam zika em 5h	http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/02/unicamp-comeca-realizar-testes-rapidos-que-detectam-zika-em-5h.html	26 setembro, 2016
09/02/2016	Médica diz que sintomas de zika, dengue e chikungunya se confundem	http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/02/medica-diz-que-sintomas-de-zika-dengue-e-chikungunya-se-confundem.html	14 setembro, 2016

Data das matérias	Título	Link	Data de acesso
10/02/2016	Cientistas acham mais uma evidência de ligação entre zika e microcefalia	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/cientistas-acham-mais-uma-evidencia-de-ligacao-entre-zika-e-microcefalia.html	5 setembro, 2016
11/02/2016	Ministério da Saúde confirma terceira morte relacionada ao vírus da zika	http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/02/ministerio-da-saude-confirma-terceira-morte-pelo-virus-da-zika.html	22 agosto, 2016
12/02/2016	Venezuela confirma três mortes associadas ao vírus da zika	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/venezuela-confirma-tres-mortes-associadas-ao-virus-da-zika.html	5 setembro, 2016
13/02/2016	Zika já tem transmissão local em 34 países e não se limita às Américas	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-ja-tem-transmissao-local-em-34-paises-e-nao-se-limita-americas.html	22 agosto, 2016
14/02/2016	Colômbia: um país em pânico por causa do zika	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/colombia-um-pais-em-panico-por-causa-do-zika.html	14 setembro, 2016
15/02/2016	Goiás tem 21 casos confirmados de zika desde 2015, diz secretaria	http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/02/goias-tem-21-casos-confirmados-de-zika-virus-diz-secretaria-de-saude.html	14 setembro, 2016
16/02/2016	Equipe americana inicia pesquisa sobre zika e microcefalia na Paraíba	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/equipe-americana-inicia-pesquisa-sobre-zika-e-microcefalia-na-paraiba.html	14 setembro, 2016
17/02/2016	Vacina contra vírus da zika se mostra promissora em ratos, diz laboratório	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/vacina-contra-virus-da-zika-se-mostra-promissora-em-ratos-diz-laboratorio.html	5 setembro, 2016
18/02/2016	Cientistas fazem mapeamento genético completo do vírus da zika	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/cientistas-brasileiros-decifram-o-dna-completo-do-virus-da-zika.html	14 setembro, 2016
19/02/2016	OMS diz que pode levar 6 meses para provar ligação de zika e microcefalia	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/oms-diz-que-pode-levar-6-meses-para-provar-ligacao-de-zika-e-microcefalia.html	5 setembro, 2016

Data das matérias	Título	Link	Data de acesso
20/02/2016	Colômbia diz ter mais de 37 mil infectados por zika vírus	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/colombia-diz-ter-mais-de-37-mil-infectados-por-zika-virus.html	26 setembro, 2016
21/02/2016	Moradores denunciam criadouros de mosquito em terreno abandonado	http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/02/moradores-denunciam-criadouros-de-mosquito-em-terreno-abandonado.html	26 setembro, 2016
22/02/2016	Pacientes com sintomas de dengue, chikungunya e zika lotam hospitais	http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2016/02/pacientes-com-sintomas-de-dengue-chikungunya-e-zika-lotam-hospitais.html	26 setembro, 2016
23/02/2016	Pesquisa investiga possíveis problemas neurológicos causados por zika em adultos	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/pesquisa-investiga-possiveis-problemas-neurologicos-causados-por-zika-em-adultos.html	5 setembro, 2016
24/02/2016	Zika é responsável por microcefalia até que se prove o contrário', diz OMS	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-e-responsavel-por-microcefalia-ate-que-se-prove-o-contrario-diz-oms.html	5 setembro, 2016
25/02/2016	Zika e microcefalia: conheça quem ajudou a identificar a emergência	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-e-microcefalia-conheca-quem-ajudou-identificar-emergencia.html	14 setembro, 2016
26/02/2016	Cientistas descobrem complicação gravíssima associada ao vírus da zika	http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/02/cientistas-descobrem-complicacao-gravissima-associada-ao-virus-da-zika.html	26 setembro, 2016
27/02/2016	Colômbia reporta mais de 42 mil casos de zika; 7,6 mil em grávidas	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/colombia-reporta-mais-de-42-mil-casos-de-zika-76-mil-em-gravidas.html	5 setembro, 2016
28/02/2016	Aumentam casos importados do vírus da zika na China	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/aumentam-casos-importados-de-zika-na-china.html	26 setembro, 2016
29/02/2016	Estudo obtém nova evidência de relação entre zika e Guillain-Barré	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/estudo-obtem-nova-evidencia-de-relacao-entre-zika-e-guillain-barre.html	26 setembro, 2016